

CADERNO DE EXERCÍCIOS *MASTER*

**PROCURADORIA
GERAL DO ESTADO
E
PROCURADORIA
GERAL DO
MUNICÍPIO**

– Extensivo –

Parte IV

Sumário

Direito Administrativo	3
Direito Civil.....	11
Direito Comercial (Empresarial).....	21
Direito Constitucional	25
Direito Previdenciário	71
Direito Processual Civil (Novo CPC - Lei nº 13.105/2015).....	81
Direito do Trabalho	91
Gabarito.....	110

Direito Administrativo

Questão 1: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Atos administrativos

Entre os atos da Administração, verifica-se a prática do ato administrativo, o qual abrange somente determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa. Destarte, assinale a opção correta.

- a) A presunção de legitimidade e veracidade, a imperatividade e a auto-executoriedade são elementos do ato administrativo.
- b) Procedimento administrativo consiste no iter legal a ser percorrido pelos agentes públicos para a obtenção dos efeitos regulares de um ato administrativo principal.
- c) Os atos de gestão são os praticados pela Administração com todas as prerrogativas e privilégios de autoridade e impostos unilateral e coercitivamente ao particular, independentemente de autorização judicial.
- d) Ato composto é o que resulta da manifestação de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único.
- e) Na executoriedade, a Administração emprega meios indiretos de coerção, como a multa ou outras penalidades administrativas impostas em caso de descumprimento do ato, compelindo materialmente o administrado a fazer alguma coisa.

Questão 2: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Conceito de atos administrativos

À luz da teoria dos Atos Administrativos, marque a assertiva correta.

- a) No peculiar magistério de Celso Antônio Bandeira de Mello sobre os pressupostos de validade do ato administrativo, a CAUSA se identifica com a situação de fato que determina ou autoriza a prática do ato administrativo.
- b) Prevalece no direito administrativo brasileiro a teoria unitária quanto aos graus de invalidade do ato administrativo.
- c) Diogo de Figueiredo Moreira Neto, em sua Teoria do Aperfeiçoamento da Relação Jurídica com Defeito de Legalidade, formula o conceito do fato sanatório, o qual ocorre com a consumação da prescrição, tanto introversa quanto extroversa.

d) Com relação a vício ligado ao motivo, como elemento do ato administrativo, é possível a convalidação.

e) Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, diante da errônea suposição da existência de uma situação de fato, que autorizaria ou determinaria a prática do ato, há a possibilidade de revogação do ato administrativo.

Questão 3: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Incorre em vício de forma a edição, pelo chefe do Executivo, de portaria por meio da qual se declare de utilidade pública um imóvel, para fins de desapropriação, quando a lei exigir decreto.

Certo

Errado

Questão 4: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Elementos, requisitos e pressupostos (atos administrativos)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

O ato de exoneração do ocupante de cargo em comissão deve ser fundamentado, sob pena de invalidade por violação do elemento obrigatório a todo ato administrativo: o motivo.

Certo

Errado

Questão 5: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Atributos ou características dos atos administrativos

Constitui atributo do ato administrativo:

a) executoriedade, caracterizada pela possibilidade de a Administração colocá-lo em execução sem necessidade de intervenção judicial, independentemente de previsão legal.

b) vinculação ao princípio da legalidade, impedindo a prática de atos discricionários.



- c) presunção de veracidade, não admitindo prova em contrário no que diz respeito aos seus fundamentos de fato.
- d) presunção de legitimidade, só podendo ser invalidado por decisão judicial.
- e) imperatividade, caracterizada pela sua imposição a terceiros, independentemente de concordância, constituindo, unilateralmente, obrigações a estes imputáveis.

Questão 6: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Classificação dos atos administrativos

Identifique, entre as assertivas abaixo, a que corresponda a um ato administrativo complexo, observada a concepção técnica usual de nossa doutrina pátria.

- a) O ato cuja produção tenha se dado a partir tão-só da manifestação de vontade de um órgão colegiado.
- b) O que passa a existir com a manifestação de vontade de um órgão, dependente da manifestação de outro para que se confirme ou seja desconstituído.
- c) Determinado ato que somente tenha existência a partir da manifestação necessária de três órgãos.
- d) Um ato que, a despeito de existir a partir do momento em que exarado por um único órgão, somente poderá produzir efeitos com a posterior manifestação de outro órgão.
- e) Aquele que, dada a sua complexidade, somente passa a existir a partir da manifestação de vontade de mais de um agente público de um mesmo órgão.

Questão 7: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Classificação dos atos administrativos

À luz da tradicional doutrina administrativista, é possível identificar, como espécie de ato administrativo, o chamado ato ordinatório, que tem, como um de seus exemplos,

- a) os decretos regulamentares.
- b) os alvarás.
- c) as circulares.
- d) as multas.

e) as homologações.

Questão 8: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Classificação dos atos administrativos

Um cidadão, interessado em realizar uma construção em terreno de sua propriedade, protocolizou o pedido de licença para construir e aguardou, durante seis meses, a apreciação do pedido pela Administração Municipal, sem obter resposta. Diante dessa situação, é correto concluir que

a) se trata de hipótese de “silêncio eloquente”, na qual o titular do direito subjetivo se vê legitimado a exercê-lo, até que haja contraposição expressa pela autoridade administrativa.

b) ocorreu a prática de ato administrativo tácito, de conteúdo negativo. Portanto, o particular deverá conformar-se com o indeferimento de seu pedido, haja vista que se trata de decisão discricionária da Administração.

c) houve a prática de ato administrativo indireto, sendo que na hipótese de direitos subjetivos de natureza potestativa, como o direito de construir, a Administração somente poderá impedir seu exercício mediante o sacrifício do direito, com a consequente indenização ao titular.

d) não se trata de ato administrativo, pois não ocorreu a manifestação de vontade imputável à Administração; todavia, a omissão configura um ilícito administrativo, que pode ser corrigido pela via judicial, em que a decisão judicial obrigará a autoridade administrativa à prática do ato ou suprirá os efeitos da omissão administrativa.

e) se trata de comportamento omissivo e antijurídico da Administração; nesse caso, por se tratar de ato administrativo de competência discricionária da autoridade do Poder Executivo, o Judiciário não poderá suprir os efeitos da omissão da autoridade pública nem compeli-la a praticar o ato, resolvendo-se a questão pela via indenizatória.

Questão 9: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Classificação dos atos administrativos

A propósito dos atos administrativos,

a) o lançamento de ofício de um tributo é ato administrativo negocial, vinculado, de natureza autoexecutória e dotado de presunção de legitimidade.

- b) o registro de marcas não é reputado como ato administrativo, visto que não decorre de exercício de competência legal atribuído a autoridades administrativas, mas sim de atuação autorregulatória do setor industrial.
- c) o decreto regulamentar constitui um ato-regra, simples, imperativo e externo.
- d) o decreto de nomeação de uma centena de servidores públicos é qualificado como ato-condição, de caráter geral, ablativo e de efeito ampliativo.
- e) a emissão de uma licença em favor de um particular é ato de outorga, negocial, bilateral e complexo.

Questão 10: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Considerando os atos administrativos, analise os itens a seguir:

- I. Recentemente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que cabe ao Poder Judiciário apreciar o mérito dos atos administrativos, e que a análise de sua discricionariedade é possível para a verificação de sua regularidade em relação à forma, objeto e finalidade;
- II. Não se aplica a Teoria dos Motivos Determinantes aos atos discricionários;
- III. A Administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, respeitados os direitos adquiridos;
- IV. Uma vez anulado o ato pela própria Administração, cessa imediatamente sua operatividade, não obstante possa o interessado pleitear judicialmente o restabelecimento da situação anterior;
- V. O ato administrativo pode ser extinto pela caducidade, a qual ocorre porque o destinatário descumpriu condições que deveriam permanecer atendidas a fim de poder continuar desfrutando da situação jurídica.

A quantidade de itens corretos é igual a:

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

Questão 11: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Quanto aos Atos Administrativos, assinale a opção correta.

- a) Os atos administrativos podem ser convalidados se os vícios forem referentes aos motivos e à finalidade.
- b) Convalidação ou saneamento é o ato administrativo pelo qual é suprido o vício existente em ato ilegal, com efeitos ex nunc.
- c) A administração pode revogar seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos.
- d) A função de fato ocorre quando a pessoa que pratica o ato está regularmente investida no cargo, emprego ou função, e a sua situação tem toda aparência de legalidade. Neste diapasão, o ato praticado por funcionário de fato é considerado válido.
- e) A revogação é o instrumento pelo qual a Administração Pública promove a retirada de um ato administrativo por razões de conveniência e oportunidade, tendo como pressuposto o interesse público, produzindo efeitos ex nunc.

Questão 12: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

No que se refere aos atos administrativos, julgue o item subsequente.

Os atos enunciativos, como as certidões, por adquirirem os seus efeitos por lei, e não pela atuação administrativa, não são passíveis de revogação, ainda que por razões de conveniência e oportunidade.

Certo

Errado

Questão 13: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Desfazimento do ato administrativo (Anulação, Revogação, Cassação, Caducidade, Contraposição)

Correlacione as colunas abaixo e, ao final, assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna II.

COLUNA I	COLUNA II
(1) É a extinção do ato administrativo quando o seu beneficiário deixa de cumprir os requisitos que deveria permanecer atendendo.	() Caducidade
(2) Ocorre quando uma nova legislação impede a permanência da situação anteriormente consentida pelo poder público.	() Contraposição
(3) Ocorre quando um ato, emitido com fundamento em determinada competência, extingue outro ato, anterior, editado com base em competência diversa, ocorrendo a extinção porque os efeitos daquele são opostos aos deste.	() Conversão
(4) Consiste, segundo orientação majoritária, em um ato privativo da Administração Pública, mediante o qual ela aproveita um ato nulo de uma determinada espécie, transformando-o, retroativamente em ato válido de outra categoria, pela modificação de enquadramento legal.	() Cassação

- a) 1, 3, 4, 2
- b) 2, 3, 4, 1
- c) 3, 2, 1, 4
- d) 1, 3, 2, 4
- e) 2, 4, 1, 3

Questão 14: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Convalidação dos atos administrativos

Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar:

- a) Todas as modalidades de permissão podem ser definidas como atos unilaterais, discricionários e precários.
- b) As resoluções editadas pelo Congresso Nacional e suas Casas constituem atos administrativos privativos daqueles órgãos.
- c) A homologação é ato administrativo destinado a realizar o controle prévio de outro ato administrativo.
- d) A licença é ato unilateral e vinculado, cuja revogação somente é possível mediante prévia notificação do interessado.
- e) A conversão é o ato administrativo pelo qual a Administração converte um ato inválido em ato de outra categoria, de maneira a torná-lo válido, com efeitos retroativos à data do ato original.

Questão 15: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Teoria dos Motivos Determinantes

O STJ proferiu decisão com o seguinte teor: "(...) o administrador vincula-se aos motivos elencados para a prática do ato administrativo. Nesse contexto, há vício de legalidade não apenas quando inexistentes ou inverídicos os motivos suscitados pela administração, mas também quando verificada a falta de congruência entre as razões explicitadas no ato e o resultado nele contido.". (MS 15.290/DF – Rel. Min. Castro Meira. DJe 14.11.2011).

É CORRETO afirmar que o acórdão tem como fundamento e é consoante à:

- a) Teoria do controle negativo da discricionariedade dos atos administrativos.
- b) Teoria da convalidação e confirmação dos atos administrativos.
- c) Teoria dos motivos determinantes.
- d) Teoria da publicidade dos atos administrativos.
- e) Teoria do controle dos pressupostos de existência dos atos administrativos.

Questão 16: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Controle da Administração

Análise os itens a seguir:

I. o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos;

II. nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, inclusive a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão;

III. caberá ao Ministro de Estado da Fazenda definir as normas para a operacionalização da assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas, atos de guerra ou eventos correlatos;

IV. as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável exclusivamente no caso de dolo;

V. a certidão da dívida pública é um ato enunciativo.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está correto.
- b) Apenas os itens III e V estão corretos.
- c) Todos os itens estão incorretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão incorretos.
- e) Apenas os itens II e IV estão incorretos.

Direito Civil

Questão 17: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Quanto ao conteúdo da conduta culposa, a culpa poderá ser

- a) grave, leve ou levíssima.
- b) in committendo, in ommittendo, in eligendo, in vigilando ou in custodiendo.
- c) in abstracto ou in concreto.
- d) aquiliana ou juris et de jure.
- e) contratual ou extracontratual.



Questão 18: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Se um escritor, culposamente, não entregar ao editor, no prazo estipulado no contrato, a obra prometida, a sua responsabilidade, quanto ao fato gerador, será:

- a) objetiva
- b) indireta
- c) contratual
- d) direta
- e) subjetiva

Questão 19: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Sobre responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- a) De regra, a indenização por danos materiais mede-se pelo grau de culpa do autor do dano, tanto que se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, eqüitativamente, a indenização.
- b) De acordo com o Código Civil, os empresários respondem, independentemente de culpa, pelos danos causados por produtos defeituosos postos em circulação.
- c) O Código Civil prevê expressamente e conceitua o dano moral.
- d) Quem, ao praticar fato em estado de necessidade, causar dano a terceiro, não possui o dever de indenizar, ainda que o lesado não tenha culpa da situação de perigo.
- e) A responsabilidade do profissional liberal por fato do serviço no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) independe da verificação de culpa.

Questão 20: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

A respeito da desconsideração da personalidade jurídica e do domicílio da pessoa natural, julgue o item.



Não ensejará reparação por danos morais o uso não autorizado da imagem de atleta em cartaz de propaganda de evento esportivo, sem finalidade lucrativa ou comercial, salvo se houver comprovação, pelo atleta, da ocorrência de prejuízo a ele.

Certo

Errado

Questão 21: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Acerca da responsabilidade civil, julgue o item subsequente, à luz da jurisprudência dominante do STJ.

O espólio tem legitimidade para postular indenização pelos danos materiais e morais supostamente experimentados pelos herdeiros.

Certo

Errado

Questão 22: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Em relação à obrigação de indenizar, analise as seguintes assertivas:

I. O incapaz pode responder, equitativamente, por prejuízos por ele causados.

II. O pai pode ressarcir-se perante o filho, relativamente incapaz, pela indenização paga a terceiro por ato cometido pelo seu descendente.

III. A obrigação de prestar reparação transmite-se com a herança.

IV. A responsabilidade civil independe da criminal, podendo se questionar quanto à existência do fato mesmo quando esta questão se achar decidida no juízo criminal.

Quais estão corretas?

a) Apenas I e III.

b) Apenas II e III.

c) Apenas I, II e III.

d) Apenas I, II e IV.

e) Apenas I, III e IV.

Questão 23: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Com relação à responsabilidade civil no direito civil brasileiro contemporâneo, é CORRETO afirmar que:

a) O abuso do direito pressupõe logicamente a existência do direito, embora o titular se exceda no exercício dos poderes que o integram. Assim, quem alega a ausência de direito não pode validamente alegar a existência de abuso de direito. E quem pretende indenização pelos danos decorrentes do exercício abusivo de direito deve comprovar a culpa neste exercício abusivo de um direito existente.

b) Como a responsabilidade civil da Administração Pública é objetiva, não se lhe aplicam as excludentes de responsabilidade por ausência de nexo de causalidade entre a conduta e o dano ou por inexistência de dano.

c) Em regra, o fundamento da responsabilidade civil extracontratual no direito brasileiro é uma atuação culposa. Excepcionalmente, poderá haver imputação pelo risco.

d) Na responsabilidade civil contratual, a violação de deveres laterais impostos pelo princípio da boa-fé, tais como os deveres mútuos de proteção, lealdade, informação e assistência, não gera o dever de indenizar perdas e danos, mas tão somente a anulação do contrato.

e) Nos casos de deferimento judicial de indenização por danos morais decorrentes de ato ilícito, os juros de mora contam-se a partir da citação.

Questão 24: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

É caso de responsabilidade subjetiva:

a) a dos pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

b) a do tutor pelo pupilo que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia.

c) a dos que gratuitamente houverem participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.

d) a do incapaz se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.

Questão 25: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Marcelo exerce, com habitualidade, atividade que, por sua natureza, implica risco para os direitos de outrem. Se desta atividade advier dano, Marcelo responderá de maneira

- a) subjetiva, não sendo necessária a comprovação do elemento culpa, mas se exigindo, em regra, a existência de nexo de causalidade.
- b) subjetiva, a qual exige, em regra, a comprovação de nexo de causalidade e culpa.
- c) objetiva, não sendo necessária, em regra, a comprovação dos elementos culpa ou nexo de causalidade.
- d) objetiva, não sendo necessária a comprovação do elemento culpa, mas se exigindo, em regra, a existência de nexo de causalidade.
- e) objetiva, a qual exige, em regra, a comprovação de nexo de causalidade e culpa.

Questão 26: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Considere as proposições abaixo, sobre a exclusão da responsabilidade civil:

- I. A responsabilidade civil do Estado por atos comissivos de seus agentes não admite causa de exclusão.
- II. A culpa exclusiva da vítima afasta o elemento culpa, porém não o nexo de causalidade e a obrigação de indenizar.
- III. O caso fortuito e a força maior nem sempre excluem a responsabilidade pelo dano.
- IV. Não constitui ilícito, e por isto não enseja a responsabilização civil, o exercício de direito reconhecido, ainda que exercido de maneira antifinalística, excedendo manifestamente os limites impostos por seu fim e econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III.



d) I, III e IV.

e) I, II e III.

Questão 27: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Responsabilidade Civil (arts. 927 a 954)

Acerca de direitos da personalidade, responsabilidade civil objetiva e prova de fato jurídico, julgue o item seguinte.

A teoria da responsabilidade civil objetiva aplica-se a atos ilícitos praticados por agentes de autarquias estaduais.

Certo

Errado

Questão 28: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Das Relações de Parentesco (arts. 1.591 a 1.638)

A respeito da paternidade, é correto afirmar que

a) o adultério da mulher, se confessado, ilide a presunção de paternidade decorrente do casamento.

b) o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto se feito em escrito particular.

c) são consideradas inválidas e, portanto, inexistentes a condição e o termo opostos ao ato de reconhecimento do filho.

d) a filiação materna ou paterna pode resultar de casamento, exceto se este for declarado nulo em virtude de má-fé de ambos os cônjuges.

e) a prova da impotência do cônjuge para gerar, à época do nascimento, não ilide a presunção de paternidade.

Questão 29: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Do Direito Patrimonial (Direito de Família - arts. 1.639 a 1.722)

Qualquer que seja o regime de bens, tanto o marido quanto a mulher sempre podem livremente

- a) praticar todos os atos de disposição e de administração necessários ao desempenho de sua profissão.
- b) administrar os bens próprios do outro cônjuge.
- c) desobrigar ou reivindicar os imóveis que tenham sido gravados ou alienados com o seu consentimento.
- d) reivindicar os bens imóveis comuns, doados pelo outro cônjuge ao concubino, desde que provado que os bens não foram adquiridos pelo esforço comum destes, se o casal estiver separado de fato por mais de cinco anos.
- e) demandar a rescisão dos contratos de fiança e doação, ou a invalidação do aval, realizados pelo outro cônjuge, ainda que com o seu consentimento.

Questão 30: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Do Regime de Bens entre os Cônjuges (arts. 1.639 a 1.688)

Pedro e Maria são casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Durante a sociedade conjugal, Pedro recebeu prêmio de aposta em loteria, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), resolvendo divorciar-se de Maria. Até então, possuíam os seguintes bens: uma casa doada pelos pais de Maria a ambos os nubentes, por ocasião do casamento; um sítio adquirido a título oneroso por Pedro durante a sociedade conjugal, fruto da economia de seus salários, tendo Maria recebido uma outra casa, por herança de sua mãe, depois do casamento. Na partilha de bens, em razão do divórcio observar-se-á o seguinte:

- a) cada um tem direito à metade do prêmio que Pedro auferiu na aposta; ambos têm iguais direitos sobre a casa doada pelos pais de Maria e ao sítio adquirido por Pedro e Maria tem a propriedade exclusiva da casa que recebeu por herança de sua mãe.
- b) somente Pedro tem direito ao prêmio que auferiu na aposta; ambos têm iguais direitos sobre a casa doada pelos pais de Maria e ao sítio adquirido por Pedro e Maria tem a propriedade exclusiva da casa que recebeu por herança de sua mãe.
- c) cada um tem direito à metade do prêmio que Pedro auferiu na aposta; somente Maria tem direito sobre a casa doada por seus pais e à propriedade exclusiva da casa que recebeu por herança de sua mãe e ambos têm iguais direitos sobre o sítio adquirido por Pedro.
- d) ambos têm iguais direitos sobre todos esses bens.
- e) somente Pedro tem direito ao prêmio que auferiu na aposta e ambos têm iguais direitos sobre os demais bens.

Questão 31: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Da União Estável (arts. 1.723 a 1.727)

Estão impedidos de estabelecer união estável:

- a) o companheiro sobrevivente com o condenado por homicídio culposo contra o seu consorte.
- b) os afins em linha reta.
- c) os colaterais até quarto grau, inclusive.
- d) os viúvos ou viúvas que tiverem filho de cônjuge falecido enquanto não fizer inventário dos bens do casal e der partilha aos herdeiros.
- e) pessoas divorciadas.

Questão 32: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Das Sucessão em Geral (arts. 1784 a 1828)

Joaquim e Maria viviam em regime de união estável. Celebraram contrato no qual ficou estabelecido que a relação patrimonial, durante o período de convivência, seria o da separação absoluta de bens e que em nenhuma hipótese os bens existentes ou adquiridos se comunicariam. Joaquim veio a falecer, pondo-se, assim, fim à união estável.

Quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, é correto afirmar que, na qualidade de companheira, Maria:

- a) não participará da sucessão de Joaquim em face da cláusula contratual que estabeleceu a incomunicabilidade dos bens adquiridos na constância da união estável.
- b) se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à metade do que por lei for atribuída ao filho.
- c) se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles.
- d) se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito à metade da herança.
- e) somente participará da sucessão se não houver parentes sucessíveis.



Questão 33: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Das Sucessão em Geral (arts. 1784 a 1828)

Sérgio, domiciliado durante toda a vida em São Luís, faleceu, em um acidente de trânsito em Bacabal, em 20 de outubro de 2014. Seu inventário foi aberto em 19 de dezembro de 2014 e a partilha de seus bens foi homologada em 15 de março de 2015. De acordo com o Código Civil, a herança de Sérgio foi transmitida a seus herdeiros no momento da

- a) homologação da partilha, em 15 de março de março de 2014, e sua sucessão será aberta no local do falecimento, Bacabal.
- b) sua morte, em 20 de outubro de 2014, e sua sucessão será aberta no local de seu último domicílio, São Luís.
- c) abertura do inventário, em 19 de dezembro de 2014, e sua sucessão será aberta no local do falecimento, Bacabal.
- d) homologação da partilha, em 15 de março de 2014, e sua sucessão será aberta no local de seu último domicílio, São Luís.
- e) sua morte, em 20 de outubro de 2014, e sua sucessão será aberta no local do falecimento, Bacabal.

Questão 34: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Das Disposições Gerais das Sucessões (arts. 1.784 a 1.790)

Sobre a sucessão do companheiro ou companheira quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, analise as afirmações abaixo.

- I. Receberá o companheiro a meação que tiver sobre esses bens e só o usufruto de metade dos bens se concorrer com descendentes ou 25% (vinte e cinco por cento) dos bens se concorrer com ascendente.
- II. Prefere a todos os parentes do falecido na ordem de vocação hereditária, afastando-os do recebimento da herança, exceto aos descendentes e ascendentes, com os quais concorre.
- III. Se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.
- IV. Se concorrer com descendentes só do autor da herança, receberá a metade do que couber a cada um deles.

V. Só existindo parentes colaterais de quarto grau do falecido, concorrerá com estes, recebendo um terço da herança, mas se os colaterais forem de grau mais afastado, terá direito à totalidade da herança.

Está correto o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

Questão 35: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Da Sucessão Legítima (arts. 1.829 a 1.856)

Na linha descendente

- a) os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por cabeça ou por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- b) os ascendentes sucedem por cabeça e os descendentes por estirpe, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- c) os ascendentes sucedem por estirpe, e os descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.
- d) os descendentes sempre sucedem por estirpe, ainda que se achem no mesmo grau.
- e) os netos sucedem por estirpe, e os outros descendentes por cabeça, conforme se achem ou não no mesmo grau.

Questão 36: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Sucessão Legítima (arts. 1.829 a 1.856)

O cônjuge sobrevivente sucede,

- a) em concorrência com os descendentes, independentemente do regime em que era casado.
- b) ainda que separado de fato do falecido, há mais de dois anos, desde que haja prova de que a convivência se tornou impossível sem culpa do sobrevivente.



- c) por inteiro, na falta de descendentes, ainda que haja ascendentes.
- d) em concorrência com os descendentes, no regime da comunhão parcial, sejam os bens comuns ou particulares.
- e) em concorrência com os ascendentes em primeiro grau, ainda que haja descendentes.

Questão 37: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Da Ordem da Vocação Hereditária (arts. 1.829 a 1.844)

“A” era casada sob o regime da comunhão parcial de bens com “B”. “B” faleceu em 2011 e deixou um imóvel por ele adquirido antes do casamento, usado como moradia do casal. Não há descendentes, mas dois ascendentes em primeiro grau vivos. Neste caso,

- a) além de receber fração ideal de 1/3 do imóvel como herdeira necessária, “A” tem direito real de habitação, que se constitui a partir do registro do formal de partilha no Cartório de Imóveis.
- b) “A” tem direito real de habitação, participa da herança na qualidade de herdeira necessária e recebe a metade ideal do imóvel, cabendo a cada ascendente fração ideal de 1/4 do bem.
- c) “A” tem direito real de habitação, cabendo a cada herdeiro fração ideal de 1/3 do imóvel.
- d) por se tratar de bem incomunicável, “A” não participa da sucessão, mas tem direito real de habitação, cabendo a cada ascendente metade ideal do imóvel.
- e) em razão do regime de bens que regeu o casamento, “A” tem direito ao usufruto da metade do imóvel, cabendo, a cada herdeiro, fração ideal de 1/3 do bem.

Direito Comercial (Empresarial)

Questão 38: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Títulos de Crédito

Assinale a opção falsa.

- a) O endosso-penhor é o que contém cláusula "valor em penhor" e por meio do qual o endossante transfere tão-somente a posse do título cambial ao endossatário, que assume o dever de não deixar perecer o direito nele contido.

- b) O endosso-mandato transfere ao endossatário-mandatário a posse e não a propriedade do título cambial.
- c) Se a circulação do crédito é importante para a atividade econômica, a negociabilidade do título é um atributo seu.
- d) O aval antecipado é o que se impõe antes que a obrigação principal se efetive, mas, se o aval for aposto depois do vencimento do título, diante da impossibilidade de protesto nos títulos, produzirá os mesmos efeitos, como se tivesse sido anteriormente dado.
- e) O título nominativo não pode ser transferido por endosso em preto.

Questão 39: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Títulos de Crédito

Julgue o item a seguir, a respeito de fatos históricos relacionados à evolução do direito empresarial.

Os títulos de créditos originaram-se, na Idade Média, em virtude de os comerciantes italianos não desejarem levar grandes quantidades de moeda em suas viagens e ao fato de que cada cidade podia cunhar a sua própria. Esses comerciantes, então, depositavam o valor de que necessitavam em um banco e este emitia documentos que consubstanciavam promessa ou ordem de pagamento e que, apresentados ao seu correspondente, autorizavam o recebimento da quantia neles mencionada, na moeda corrente no lugar da apresentação.

Certo

Errado

Questão 40: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Títulos de Crédito

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

As normas do Código Civil sobre títulos de crédito aplicam-se supletivamente em relação às letras de câmbio, notas promissórias, cheques e duplicatas.

Certo

Errado

Questão 41: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Conceito de Título de Crédito

Um dos efeitos do título à ordem é

- a) a obtenção de novo título pelo adquirente, em seu nome, se o título original contiver o nome do primitivo proprietário.
- b) a obrigação do subscritor de cumprir a prestação somente se o título lhe for apresentado.
- c) o direito do endossatário de obter a averbação do registro do emitente, desde que se comprove a autenticidade das assinaturas de todos os endossantes.
- d) a subsistência da obrigação do emissor, ainda que o título tenha entrado em circulação contra a sua vontade, pois o título, por si só, já encerra a obrigação do subscritor ou emissor.
- e) a possibilidade de endosso-pignoratício, que contém a cláusula "valor em penhor" e por meio do qual o endossante transfere tão-somente a posse do título cambial ao endossatário, que assume o dever de não deixar perecer o direito nele contido.

Questão 42: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Conceito de Título de Crédito

Assinale a opção correta.

I- Os títulos de crédito são documentos representativos de obrigações pecuniárias - de origem cambial ou extracambial - e, como regra, têm natureza "pro soluto".

II- A "Cédula de Crédito Rural" configura um título de crédito impróprio, destinada ao financiamento do agronegócio, cujo pagamento é garantido por hipoteca ou penhor.

III- De acordo com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito, devendo ser ela ajuizada dentro de 5 (cinco) anos, contados a partir do dia seguinte ao vencimento da pretensão executiva.

- a) Somente o item I está correto.
- b) Somente o item II está correto.
- c) Somente o item III está correto.
- d) Somente os itens I e II estão corretos.

e) Somente os itens I e III estão corretos.

Questão 43: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Endosso

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

O endosso posterior ao protesto por falta de pagamento produz apenas os efeitos de cessão ordinária de créditos.

Certo

Errado

Questão 44: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Letra de Câmbio

A respeito do regime jurídico das Nota Promissórias e Letras de Câmbio, é correto afirmar:

a) O emitente de uma letra de câmbio tem a mesma responsabilidade pelo pagamento do título que o emitente de uma nota promissória.

b) A cláusula “à ordem”, expressa no título, define a responsabilidade solidária de todos os garantidores do direito de crédito nele mencionado.

c) Para a validade do endosso é indispensável a prévia anuência do devedor original, a ser dada no próprio título ou em documento em separado.

d) O aval dado em uma nota promissória tem os mesmos efeitos da fiança prestada sem benefício de exoneração.

e) A cobrança judicial do crédito mencionado em nota promissória contra o devedor principal independe do prévio protesto do título.

Questão 45: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Duplicata

Em relação aos títulos de crédito, julgue o item subsequente.

A duplicata é um título causal, emitido exclusivamente com vínculo a um processo de compra e venda mercantil ou a um contrato de prestação de serviços e, por isso, é considerada um título cambiforme, ao qual não se aplica o princípio da abstração.

Certo

Errado

Direito Constitucional

Questão 46: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Relativamente à organização política do Estado de Mato Grosso, dispõem os artigos 17 e 176 da Constituição estadual:

Art. 17. É mantida a integridade territorial do Estado, que somente será alterada mediante aprovação de sua população e por lei complementar federal.

Art. 176. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios preservarão a continuidade e a unidade histórico-cultural do ambiente urbano, far-se-á por lei estadual, obedecidos os requisitos previstos em lei complementar estadual e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações diretamente interessadas.

A esse respeito, é correto afirmar que

- a) as disposições contidas nos artigos 17 e 176 são compatíveis com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República.
- b) as disposições contidas nos artigos 17 e 176 são incompatíveis com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República.
- c) o disposto no artigo 17 é incompatível com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República, no que se refere à exigência de aprovação por lei complementar federal.
- d) o disposto no artigo 176 é incompatível com a disciplina vigente da matéria na Constituição da República, que estabelece, ainda, exigência de divulgação de estudos de Viabilidade Municipal, previamente à realização da consulta à população.
- e) a matéria relativa à organização política do ente da Federação se insere na sua capacidade de auto organização, não competindo à Constituição da República disciplinar a matéria.

Questão 47: FUNDATEC - Proc (PGE RS)/PGE RS/2015

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

O princípio da laicidade estatal:

a) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, ressalvada a colaboração de interesse público.

b) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente majoritárias, em observância ao regime democrático e à regra da maioria.

c) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente minoritárias, em observância ao princípio republicano e aos direitos das minorias.

d) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente majoritárias, em observância ao princípio republicano e à prevalência do interesse público.

e) Veda ao Estado que estabeleça cultos religiosos ou igrejas, de forma a subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles relações de dependência ou aliança, exceto no que se refere às religiões nacionalmente minoritárias, em observância ao regime democrático e à prevalência do interesse público.

Questão 48: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Da organização político-administrativa (arts. 18 e 19 da CF/1988)

Sobre a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de municípios, na linha da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é CORRETO afirmar:

a) Sobre a exigência, pelo texto constitucional, de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos para que ocorra desmembramento, o STF entende que se deve consultar a população do território a ser desmembrado e a do território remanescente.

b) Embora inexista Lei Complementar Federal a determinar o período para criação de municípios, há possibilidade de criação, fusão, incorporação ou desmembramento de novos municípios mediante aprovação de lei federal específica, segundo entendimento reiterado do STF.

c) Como inexistente Lei Complementar Federal a determinar o período para criação de municípios, não se criou novo município após o advento da Emenda Constitucional 15.

d) A consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, no caso de criação, fusão, incorporação ou desmembramento de municípios, deve ser realizada previamente à divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.

e) A consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, exigida pela Constituição Federal, é dispensável na criação de municípios, sendo imprescindível, contudo, na fusão, desmembramento e incorporação.

Questão 49: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Das opções abaixo, assinale a que contém matéria compreendida na competência privativa da União para legislar ou dispor sobre.

- a) Produção e consumo.
- b) Proteção do meio ambiente e combate à poluição em qualquer de suas formas.
- c) Propaganda comercial.
- d) Proteção à infância e à juventude.
- e) Direito Tributário, Financeiro, Penitenciário e Econômico.

Questão 50: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Assinale a única opção correta no âmbito da repartição de competência federativa.

- a) Compete privativamente à União manter o serviço postal e o correio aéreo nacional.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos, salvo nas hipóteses previstas em lei.
- c) No caso da competência concorrente, a cooperação entre os entes federados deverá ser estabelecida em lei complementar federal.
- d) Compete aos Estados-Membros, no âmbito de sua autonomia, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.

e) Compete exclusivamente à União legislar sobre sistema monetário, mas a legislação sobre direito econômico é de natureza privativa.

Questão 51: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Assinale a opção correta acerca do pacto federativo brasileiro.

a) São integrantes do pacto federativo brasileiros Estados-Membros, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, já que a soberania é atributo exclusivo da União.

b) A competência suplementar, correlativa da competência concorrente, significa a possibilidade de disposição sobre o mesmo assunto ou matéria por entes federados diferentes, que nesse ponto atuam juntamente e em pé de igualdade.

c) São da competência legislativa da União a definição dos crimes comuns e de responsabilidade, além do estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento, em relação ao Presidente da República, competindo aos Estados-Membros, porém, desde que observados os parâmetros traçados na norma geral federal, definir as normas específicas atinentes aos Governadores.

d) Para a criação de novos Municípios é necessária prévia consulta por plebiscito convocado pela Câmara de Vereadores.

e) Compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, contudo, o transporte coletivo é de competência municipal.

Questão 52: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Sobre a repartição constitucional de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, é incorreto afirmar que:

a) no âmbito da competência privativa da União, lei complementar federal poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas.

b) no âmbito da competência material comum aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, não está atribuída, exclusivamente, a competência de suplementar ou subsidiar as ações administrativas da União.

c) no âmbito da competência material comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, leis complementares fixarão normas para a cooperação

entre os diversos entes da federação, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e o bem-estar em âmbito nacional, sem prejuízo da eventual disciplina, por meio de lei, dos consórcios públicos e dos convênios de cooperação entre os mesmos entes federados.

d) no âmbito da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar, que inclui o direito tributário, o direito financeiro, a matéria orçamentária e os procedimentos em matéria processual, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena para dispor sobre situações urgentes e transitórias de suas peculiaridades administrativas.

e) no âmbito da competência concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal, para legislar a competência federativa da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, sem prejuízo da por igual competência da União para legislar, no mesmo ou em outro diploma legal, sobre a regulação específica de suas próprias ações administrativas.

Questão 53: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Sobre a repartição constitucional de competências, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, para a exploração de serviços públicos, é correto afirmar que

a) compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Municípios onde se situam os potenciais hidroenergéticos.

b) compete aos Estados e ao Distrito Federal, na forma de lei federal ou mediante convênio de cooperação, entre aqueles diretamente envolvidos, explorar os serviços de transporte interestadual de passageiros.

c) compete aos Estados e aos Municípios, respectivamente no que for de âmbito intermunicipal e local, legislar sobre transporte e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, o transporte coletivo.

d) compete à União, aos Estados e aos Municípios, respectivamente no que se configurar como "diretrizes nacionais", "normas gerais estaduais" e "âmbito de interesse local", legislar e explorar, na forma da lei, diretamente ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado.

e) compete aos Municípios, observadas as exceções fixadas na Constituição Federal, organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local.

Questão 54: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Compete exclusivamente à União legislar sobre direito financeiro.

Certo

Errado

Questão 55: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Cabe aos municípios explorar os serviços locais de gás canalizado.

Certo

Errado

Questão 56: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Lei Estadual contém o dispositivo:

“Art. 1º. Dispõe sobre a possibilidade de acúmulo das franquias de minutos mensais ofertados pelas operadoras de telefonia.

§ 1º. Os minutos de franquia não utilizados no mês de sua aquisição serão transferidos, enquanto não forem utilizados, para os meses subsequentes.”

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, esse dispositivo é

a) constitucional, na hipótese de a União não ter legislado sobre o tema, pois a inexistência de normas gerais sobre telefonia permite que os Estados membros possam exercer competência legislativa plena.

- b) inconstitucional, pois mesmo sendo matéria de competência concorrente, compete à União a legislação de normas gerais sobre esse tema.
- c) inconstitucional, pois a legislação sobre telecomunicações e radiodifusão é de competência privativa da União.
- d) constitucional, pois se insere na competência dos Estados membros para regular serviços prestados em seu território.
- e) constitucional, pois sendo matéria que trata de relações de consumo, a competência é concorrente entre a União, os Estados membros e os Municípios.

Questão 57: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

A Lei Federal no 6.538/1978 dispõe sobre a prestação dos serviços postais e prescreve em seu artigo 9º:

Art. 9º – São exploradas pela União, em regime de monopólio, as seguintes atividades postais:

I. recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de carta e cartão-postal;

II. recebimento, transporte e entrega, no território nacional, e a expedição, para o exterior, de correspondência agrupada;

III. fabricação, emissão de selos e de outras fórmulas de franqueamento postal.

§ 1º – Dependem de prévia e expressa autorização da empresa exploradora do serviço postal:

a) venda de selos e outras fórmulas de franqueamento postal;

b) fabricação, importação e utilização de máquinas de franquear correspondência, bem como de matrizes para estampagem de selo ou carimbo postal.

§ 2º – Não se incluem no regime de monopólio:

a) transporte de carta ou cartão-postal, efetuado entre dependências da mesma pessoa jurídica, em negócios de sua economia, por meios próprios, sem intermediação comercial;

b) transporte e entrega de carta e cartão-postal, executados eventualmente e sem fins lucrativos, na forma definida em regulamento.

Considerando as disposições da Constituição Federal vigente sobre a matéria, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o serviço de entrega de carta cujo conteúdo seja não comercial, de interesse específico e pessoal do destinatário, rege-se pelo regime jurídico

a) do serviço público, de competência da União, mas pode ser prestado diretamente pela iniciativa privada sob os princípios da livre iniciativa e livre concorrência, nos termos da lei.

b) do serviço público, de competência da União, não se submetendo aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência.

c) da atividade econômica em sentido estrito, na hipótese de ser explorado por empresa pública federal, mas o regime jurídico será o do serviço público, caso prestado diretamente pela União.

d) da atividade econômica em sentido estrito, cuja exploração se sujeita aos princípios da livre iniciativa e livre concorrência, podendo ser prestado pela União enquanto necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

e) da atividade econômica sob monopólio da União, cuja exploração deve observar os princípios constitucionais da ordem econômica.

Questão 58: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

De acordo com as normas de repartição de competências previstas na Constituição Federal, cabe aos Estados-membros

I. explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

II. instituir, mediante lei complementar, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios, limítrofes ou não, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

III. exercer a competência privativa para promover a melhoria das condições de saneamento básico.

IV. legislar, privativamente, sobre assistência jurídica e defensoria pública.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) I.

- b) I e II.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) IV.

Questão 59: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Analise as sentenças abaixo e indique a incorreta:

- a) Ao cuidar do tema das terras indígenas ou tradicionalmente ocupada pelos índios o STF editou a Súmula nº 650/STF que em seu verbete estabelece que os incisos I e XI do art. 20 da Constituição Federal não alcançam terras de aldeamentos extintos, ainda que ocupadas por indígenas em passado remoto;
- b) Na doutrina temos que o direito de petição tanto pode envolver um direito de defesa (Abwehrrecht) quanto um direito prestacional em face dos órgãos administrativos do Estado;
- c) A regra do inciso XII do artigo 37 da CF que estabelece que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, segundo o STF (ADI n. 48), depende para sua aplicação de similitude de atribuições;
- d) Na ADI n. 1182 o STF assentou o entendimento de que em matéria de reserva de iniciativa do Chefe do Executivo se inclui em sua iniciativa privativa a instauração do processo legislativo relativo a tema tributário, não se admitindo a iniciativa parlamentar, por força do contido na alínea “b” do inciso II do §1º do artigo 61 da CF;
- e) A iniciativa popular de lei se circunscreve ao domínio das competências concorrentes e não é admitida em matérias reservadas à iniciativa exclusiva de outros titulares, conforme preleciona a doutrina constitucionalista.

Questão 60: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

A incidência de lei emanada da União é determinada na própria lei, independentemente das regras constitucionais federais sobre repartição de

competências: é a previsão na própria lei, quando de sua edição, que determinará se ela se aplicará aos demais entes federativos (lei nacional, portanto) ou apenas à União (lei federal, por conseguinte).

Certo

Errado

Questão 61: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Repartição de Competências Constitucionais

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

No âmbito das competências concorrentes, lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia de lei estadual superveniente, no que esta lhe for contrária.

Certo

Errado

Questão 62: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Sobre “competência”, é correto afirmar que compete:

a) à União emitir moeda, manter o serviço postal e o correio aéreo nacional; e aos Estados compete explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros.

b) privativamente à União legislar sobre registros públicos e compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre populações indígenas.

c) à União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações e compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino e desporto.

d) privativamente à União legislar sobre propaganda comercial, e aos Estados legislar sobre emigração e imigração.

e) à União e aos Estados autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico.

Questão 63: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Suponha que lei de determinado Estado da federação institua a obrigatoriedade de as empresas operadoras de telefonia fixa e móvel constituírem cadastro de assinantes interessados em receber ofertas de produtos e serviços, a ser disponibilizado às empresas prestadoras de serviço de venda por via telefônica.

Nessa hipótese, referida lei seria

- a) inconstitucional, por versar sobre matéria sujeita à lei complementar.
- b) constitucional, por se tratar de matéria de competência comum de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) constitucional, por se tratar de matéria de competência legislativa concorrente de União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- d) inconstitucional, por versar sobre matéria de competência legislativa privativa da União.
- e) constitucional, por se tratar de matéria competência legislativa suplementar dos Estados.

Questão 64: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da União (arts. 20 a 24 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

A competência dos estados para suplementar a legislação federal sobre normas gerais é indelegável. As competências oriundas do seu poder remanescente, por sua vez, são delegáveis, conforme disposição na Constituição estadual.

Certo

Errado

Questão 65: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Dentre os bens pertencentes ao Estado, incluem-se

- a) as cavidades naturais subterrâneas, os sítios arqueológicos e pré-históricos.
- b) as ilhas fluviais e lacustres em seu território.

- c) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, da forma da lei, as decorrentes de obras da União.
- d) os potenciais de energia elétrica.
- e) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva de seu território.

Questão 66: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Conforme a jurisprudência do STF, as constituições estaduais podem dispor validamente a respeito

- a) do poder da assembleia legislativa de solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão sujeito à sua esfera de fiscalização e do poder investigatório de comissão parlamentar de inquérito estadual.
- b) dos direitos dos empregados de empresas públicas e das garantias da magistratura estadual.
- c) dos números de secretarias e de comarcas dos respectivos Poderes Executivo e Judiciário.
- d) da previsão de crimes de responsabilidade para agentes políticos e do estabelecimento de direitos básicos do funcionalismo público estadual.
- e) da ordem de sucessão e substituição de prefeitos municipais e de normas básicas do processo legislativo estadual.

Questão 67: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Lei ordinária estadual criou Região Metropolitana formada por municípios contíguos e não contíguos, voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios que a integram. A mesma lei criou órgão colegiado estadual, do qual fazem parte apenas autoridades estaduais, voltado para disciplinar a concessão de serviços municipais de interesse comum à região metropolitana. De acordo com a Constituição Federal e a com a jurisprudência do STF, essa Região Metropolitana

- a) poderia ter sido criada por lei ordinária, desde que assim previsto na Constituição do Estado, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum

aos municípios, sendo constitucional a criação do órgão colegiado estadual com a competência que lhe foi atribuída, desde que o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

b) poderia ter sido criada por lei ordinária, mas a Região deveria ser formada apenas por municípios contíguos, sendo inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.

c) apenas poderia ter sido criada por lei complementar, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo constitucional a criação do órgão colegiado estadual com a competência que lhe foi atribuída, desde que o projeto de lei tenha sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

d) apenas poderia ter sido criada por lei complementar, podendo a Região ser formada por municípios contíguos ou não, vez que voltada para a prestação de serviços públicos de interesse comum aos municípios, sendo inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.

e) apenas poderia ter sido criada por lei complementar e deveria ser formada apenas por municípios contíguos, sendo, ainda, inconstitucional a atribuição ao órgão colegiado estadual da competência para disciplinar a concessão de serviços municipais.

Questão 68: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Deputado Estadual de certo Estado é suspeito da prática de homicídio doloso, cometido após a diplomação. A Constituição desse Estado prevê ser o Órgão Especial do Tribunal de Justiça competente para julgar, originariamente, os Deputados Estaduais pela prática de crimes comuns. Na hipótese de o Deputado vir a ser denunciado pelo cometimento do crime, será competente para julgá-lo o

a) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades processuais previstas na Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

b) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados

Estaduais não se aplicam as imunidades materiais previstas pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

c) Tribunal do Júri, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual, podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, tal como previsto pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

d) Órgão Especial do Tribunal de Justiça, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre a competência genérica do Tribunal do Júri, não podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, já que aos Deputados Estaduais não se aplicam as imunidades processuais previstas pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

e) Órgão Especial do Tribunal de Justiça, cuja competência, nesse caso, prevalece sobre a competência genérica do Tribunal do Júri, podendo a Assembleia Legislativa sustar o andamento do processo, tal como previsto pela Constituição Federal em favor dos Deputados Federais.

Questão 69: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Estados Federados (arts. 25 a 28 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

São de observância obrigatória para os estados, devendo ser reproduzidas nas Constituições estaduais, as normas constitucionais federais relativas às imunidades parlamentares, ao processo legislativo e ao regime dos crimes de responsabilidade e às garantias processuais penais do chefe do Poder Executivo federal.

Certo

Errado

Questão 70: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

Os estados têm competência para criar, organizar e suprimir distritos.

Certo

Errado

Questão 71: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Proposta de alteração da Lei Orgânica de um Município com 35.000 habitantes prevê que a Câmara Municipal será composta por 11 Vereadores, cujos subsídios, a serem fixados em cada legislatura para a subsequente, deverão corresponder a, no máximo, trinta por cento dos subsídios dos Deputados estaduais, observado, ainda, que o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município.

Referida proposta

- a) é incompatível com a Constituição da República, que subtrai do Município a faculdade de disciplinar a matéria.
- b) é incompatível com a Constituição da República, no que diz respeito à fixação do número de Vereadores da Câmara Municipal.
- c) ofende a disciplina constitucional da matéria, no que diz respeito à fixação do subsídio dos Vereadores adotando como parâmetro o dos Deputados estaduais.
- d) ofende a disciplina constitucional da matéria, no que diz respeito ao limite de despesas municipais com a remuneração de Vereadores.
- e) é compatível com a disciplina constitucional da matéria.

Questão 72: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Sobre a competência legislativa dos entes federativos, na esteira do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar:

- a) É adequada à Constituição Federal norma em Constituição Estadual que define, em caso de dupla vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nos municípios, a ordem sucessória.
- b) O município tem competência legislativa para criar normas que definam horário de funcionamento bancário em relação às agências bancárias localizadas em seu território.
- c) O município não detém competência para determinar normas sobre atendimento ao público e o tempo máximo de espera em fila dos estabelecimentos bancários.

d) O município é competente para fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

e) O município não tem competência legislativa para proibir e impor multa, por lei, a estacionamento de veículos sobre áreas ajardinadas ou canteiros, bens públicos municipais.

Questão 73: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Determinada lei municipal, promulgada em 2008, estabeleceu ser obrigatória a presença física de vigilante uniformizado nos locais de atendimento bancário, inclusive postos de autoatendimento. Nessa hipótese, à luz da Constituição da República, a lei municipal em questão

a) invadiu competência material da União para fiscalizar operações de natureza financeira.

b) invadiu competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho e condições para o exercício das profissões.

c) invadiu competência suplementar do Estado, em matéria de competência concorrente, para legislar sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

d) é fruto de exercício regular da competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.

e) é fruto de exercício regular de competência residual, em matéria de competência concorrente, para legislar sobre consumo e responsabilidade por dano ao consumidor.

Questão 74: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Dos Municípios (arts. 29 a 31 da CF/1988)

Acerca do regime constitucional de distribuição de competências normativas, julgue o item subsequente.

Embora, conforme a CF, a lei orgânica municipal esteja subordinada aos termos da Constituição estadual correspondente, esta última Carta não pode estabelecer condicionamentos ao poder de auto-organização dos municípios.

Certo

Errado

Questão 75: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988)

Um candidato a Deputado Distrital, durante a campanha eleitoral, fez as seguintes promessas, para quando fosse eleito:

I. Proporia emenda à Lei Orgânica, mesmo que nenhum outro deputado quisesse assiná-la com ele, para a transferência da sede da Câmara Legislativa de Brasília para a cidade satélite do Guará.

II. Para mostrar que não tem o que temer, iria abrir mão de suas imunidades e prerrogativas penais tão logo assumisse o mandato.

III. Apresentaria proposta de lei, determinando o fechamento de casas noturnas que funcionam nas proximidades de zonas residenciais em todo o Distrito Federal.

IV. Proporia que fosse erigida a cidade satélite de Taguatinga à condição de Município do Distrito Federal.

Dessas quatro promessas quantas são as juridicamente viáveis?

- a) Todas
- b) Nenhuma
- c) Uma
- d) Duas
- e) Três

Questão 76: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Distrito Federal e dos Territórios (arts. 32 e 33 da CF/1988)

No que concerne ao estatuto constitucional da União, dos estados, dos municípios, do Distrito Federal (DF) e dos territórios, julgue o item seguinte.

A CF autoriza a divisão de territórios em municípios.

Certo

Errado

Questão 77: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Intervenção Federal e Estadual (arts. 34 a 36 da CF/1988)

No atinente à organização política do Brasil, à repartição de competências e à intervenção, assinale a opção correta.

a) Se, no âmbito de um projeto de reforma tributária, fosse aprovada emenda constitucional, retirando da Constituição todo o capítulo sobre o sistema tributário nacional, a iniciativa seria juridicamente possível ante a natureza da matéria, salvo pela circunstância de que a Constituição expressamente proíbe a mudança dos preceitos fundamentais daquele sistema.

b) Nos dispositivos que cuidam do sistema de repartição de competências, a Constituição atribui à União competência privativa para legislar acerca de desapropriações, mas isso não exclui a possibilidade de os estados-membros e municípios realizarem eles próprios, a desapropriação de bens.

c) Diante de situações anormalmente graves, decreto baixado pelo Presidente da República poderá impor intervenção em estado-membro por tempo indeterminado e manter consigo, daí em diante, o governo dessa unidade da Federação.

d) Em nenhuma hipótese a União poderá intervir em município.

e) O princípio federativo assegura aos estados-membros, ao DF e aos municípios, como entes autônomos da Federação, estruturar livremente sua administração e seus poderes, desde que não firam as vedações expressas da Constituição da República.

Questão 78: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Da Organização dos Poderes

No que tange à organização dos poderes do Estado, julgue os itens abaixo.

I. De um ponto de vista orgânico-estrutural, o Ministério Público não integra o Poder Executivo, embora sua função seja de natureza executiva.

II. Sem prejuízo de uma certa especificidade das funções estatais, a rigor, não há exclusividade no exercício delas por parte dos três poderes.

III. Ainda hoje prevalece na doutrina a teoria da tripartição dos poderes elaborada por Montesquieu, em seu célebre *O espírito das leis*, porquanto se aceita a noção de que o poder estatal é nitidamente dividido em três ramos, com funções específicas.

IV. Parte importante da doutrina publicista sustenta que, em uma Federação, como o Brasil, constitui aspecto obsoleto o bicameralismo do Poder Legislativo.

V. O regime de imunidades dos membros do Poder Legislativo é decorrência da organização e da independência dos poderes estatais. A imunidade material desses agentes políticos põe-nos a salvo de responsabilidade, tanto no estrito exercício do mandato quanto fora dele, desde que o ato seja em razão do mandato. Nessa ótica, o parlamentar não pode ser responsabilizado penalmente, mas, se cometer agravo à honra de cidadão, poderá sê-lo na esfera civil.

Estão certos os itens:

- a) III e V.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) I e II.
- e) IV e V.

Questão 79: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Da Câmara dos Deputados (art. 50 da CF/1988)

Relativamente ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas do DF (TCDF), assinale a opção correta.

a) Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), o TCDF integra o Poder Legislativo dessa unidade da Federação e é formado por conselheiros, dos quais uma parte é escolhida pela Câmara Legislativa. O TCDF também precisa prestar contas, as quais devem ser apreciadas pela Câmara Legislativa. Pessoas físicas não integrantes da administração pública também podem ter o dever de prestar contas ao TCDF, em certos casos.

b) Se, no curso de investigação regularmente realizada por comissão parlamentar de inquérito (CPI), constatar-se a necessidade de acautelar bens de procedência ilícita, para posterior confisco, na hipótese de condenação criminal, deverá o relator ou qualquer membro da comissão propor a medida ao colegiado. Este poderá validamente decretá-la, desde que o faça mediante voto da maioria e com base em fundamentação idônea.

c) Em virtude da natureza de Estado democrático de Direito que a Constituição de 1988 emprestou ao Estado brasileiro, diversos mecanismos de participação popular foram previstos, entre os quais avulta a possibilidade de iniciativa popular para emenda à Constituição.

d) O conceito de decoro parlamentar tem natureza indeterminada, pois depende de interpretação caso a caso e, ademais, leva em consideração fatores políticos, a

cargo dos próprios membros do Poder Legislativo. Por essas razões, a Constituição se abstém de prever qualquer forma de tipificação ou remissão, ainda que genérica, de conduta que corresponda à falta de decoro parlamentar.

e) O Poder Legislativo pode instalar comissões parlamentares de inquérito, as quais, nos termos da Constituição, têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciárias; elas podem convocar ministros de Estado para prestar declarações, mas, devido à relação jurídica entre estes e o presidente da República, eles devem obter a concordância do chefe do Poder Executivo para poderem comparecer perante a comissão.

Questão 80: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Dos Deputados e Senadores (arts. 53 a 56 da CF/1988)

Sobre a organização constitucional do Poder Legislativo, é incorreto afirmar:

a) que, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa do Congresso Nacional e de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

b) é da competência exclusiva do Congresso Nacional, dispensada a sanção presidencial, autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar.

c) que a Câmara dos Deputados, ou qualquer de suas comissões, poderá convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinados, ou, ainda, a Mesa da Câmara dos Deputados poderá encaminhar pedidos escritos de informação a Ministro de Estado, para adequado atendimento, sob pena de crime de responsabilidade, no prazo de trinta dias.

d) que ao Senado Federal compete privativamente processar e julgar, nos crimes de responsabilidade, o Advogado-Geral da União.

e) que os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

Questão 81: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Dos Deputados e Senadores (arts. 53 a 56 da CF/1988)

Suponha que um Deputado Distrital seja membro de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, e tenha ido cumprir diligência fora do Distrito Federal. No outro Estado, faz pronunciamento que, embora ligado à sua atuação na CPI, é tido como agressivo à honra de adversário político, investigado pela Comissão. Nessas circunstâncias, é correto dizer do Deputado Distrital em apreço que ele:

- a) poderá ser processado criminal e civilmente (neste último caso, visando à reparação de danos morais), independentemente de licença prévia da Câmara Distrital.
- b) poderá ser processado civilmente, para reparação de danos morais, mas não poderá ser processado criminalmente.
- c) não poderá ser processado civilmente, para reparação de danos morais, mas poderá ser processado criminalmente.
- d) não poderá ser processado civilmente por danos morais nem criminalmente.
- e) poderá ser processado criminal e civilmente, desde que, nos dois casos, seja concedida licença da Câmara Distrital para os processos.

Questão 82: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

A respeito das Comissões Parlamentares de Inquérito – CPIs, é correto afirmar:

- a) os advogados dos chamados a prestar depoimento perante uma CPI podem acompanhar os seus clientes e com eles comunicar-se pessoal e diretamente, antes das respostas às perguntas formuladas, para recomendar que não respondam a questionamento que possa levar a afirmação auto-incriminadora.
- b) as comissões parlamentares de inquérito têm o poder de anular atos do Executivo.
- c) não se exige motivação para as decisões de natureza eminentemente política tomadas pelas comissões parlamentares de inquérito, tais como a decretação da quebra do sigilo bancário e telefônico de investigados.
- d) as comissões parlamentares de inquérito podem decretar a indisponibilidade de bens de investigado, uma vez comprovada a origem espúria desses bens.
- e) depoentes e indiciados podem ser chamados a comparecer perante as Comissões Parlamentares de Inquérito de modo informal, como por exemplo, por meio de telefone ou fac-símile (fax).

Questão 83: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), na linha com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, é CORRETO afirmar:

- a) Compete à CPI, e não ao Poder Judiciário, o juízo sobre a restrição à publicidade da sessão da CPI.
- b) Requer-se a aquiescência de, no mínimo, um quinto dos membros da Casa Legislativa para criação da CPI.
- c) Não viola a Constituição Federal a norma inserta em Constituição Estadual que condiciona a criação da CPI à deliberação pelo Plenário da Casa Legislativa.
- d) Devido à separação de poderes e aos freios e contrapesos, a CPI poderá convocar magistrado com o fito de investigar ato jurisdicional, ou seja, avaliar as razões de decisão judicial.
- e) Por possuírem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, as CPIs poderão decretar indisponibilidade de bens dos investigados.

Questão 84: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

No curso de investigações promovidas por Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI instalada no âmbito da Câmara dos Deputados, referente a suposto desvio de verbas na execução de contratos celebrados por órgão da Administração federal, o Presidente da Comissão revela aos demais membros da Comissão ter recebido informações relacionadas tanto ao objeto da CPI, como ao de ação penal que tramita perante órgão judicial de primeira instância na qual figuram como réus os sócios de empresa que mantém contrato com o órgão administrativo investigado pelo parlamento. Nesse caso,

- a) o Presidente da CPI não estará obrigado a testemunhar sobre as informações que recebeu, tampouco sobre quem as forneceu, ainda que intimado judicialmente para esse fim.
- b) o Presidente da CPI poderá ser obrigado a testemunhar sobre as informações que recebeu, assim como sobre quem as forneceu, caso seja intimado judicialmente para esse fim, sob pena de suspensão de seus direitos políticos e consequente declaração de perda de seu mandato.

c) o Presidente da CPI poderá ser obrigado a testemunhar sobre as informações que recebeu, mas não sobre quem as forneceu, caso seja intimado judicialmente para esse fim, em virtude da garantia constitucional ao sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

d) a CPI deverá encaminhar as informações em questão ao Supremo Tribunal Federal, para decisão quanto ao eventual desmembramento da ação penal atualmente em trâmite perante órgão de primeira instância, visando colher o depoimento do Presidente da CPI.

e) a ação penal deverá ser remetida para o Supremo Tribunal Federal, em virtude da prerrogativa de foro assegurada aos membros do Congresso Nacional, a fim de que seja colhido o depoimento do Presidente da CPI.

Questão 85: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) exerce importante papel no ordenamento jurídico brasileiro. A ela a vigente Constituição Federal outorgou poderes que são próprios àqueles historicamente outorgados ao Poder Judiciário. Sobre a CPI, é correto afirmar que:

a) possui todas as prerrogativas outorgadas ao Judiciário, não se admitindo, por força do princípio da Separação dos Poderes, controle judicial dos seus atos.

b) segundo entendimento do STF, é ilegítima a rejeição de criação de CPI pelo plenário da Câmara dos Deputados, ainda que por expressa votação majoritária, porquanto a Constituição protege a prerrogativa institucional de investigar, especialmente a dos grupos minoritários que atuam no âmbito dos corpos legislativos.

c) a criação de CPIs depende da assinatura de 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados, ou do Senado, ou da Câmara dos Deputados e do Senado, na hipótese de CPI mista, ou, alternativamente, de ato do Presidente da Câmara ou do Senado.

d) compete à Justiça Federal no Distrito Federal julgar as ações ajuizadas contra ato de Presidente de CPI, a exemplo de convocação para depor como investigado ou testemunha.

e) a apuração de fato determinado, tal qual estabelece o art. 58, § 3.º, da CF/88, pode ser objeto de especificação após a criação da CPI, vale dizer, ele não necessariamente deve preexistir à criação da Comissão.

Questão 86: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Das Comissões Parlamentares - permanentes e temporárias (art. 58 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

Dado o princípio majoritário adotado pela CF, pode a Constituição estadual prever que o pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito efetuado por um terço dos deputados estaduais no âmbito da assembleia legislativa fique condicionado à vontade da maioria do plenário, que, se assim deliberar, poderá impedir a instalação da respectiva comissão.

Certo

Errado

Questão 87: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Tribunal de Contas da União (arts. 71 a 73 da CF/1988)

O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual a Constituição da República atribui competência originária para

- a) julgar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, em sessenta dias a contar de seu recebimento.
- b) apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- c) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.
- d) sustar a execução de contrato, se verificada ilegalidade, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- e) fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados à União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.

Questão 88: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais

Julgue o item que se segue, acerca do poder de auto-organização atribuído aos estados-membros no âmbito da Federação brasileira.

A despeito do seu papel auxiliar em relação a algumas competências das assembleias legislativas, os tribunais de contas dos estados têm igualmente a atribuição de fiscalizá-las, não podendo as Constituições estaduais vedar-lhes tal incumbência.

Certo

Errado

Questão 89: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do Poder Executivo (arts. 76 a 91 da CF/1988)

No respeitante ao Poder Executivo, julgue os itens subseqüentes.

I. Em virtude da democratização do exercício do poder no Brasil, sobretudo com a promulgação da Constituição de 1988, o chefe do Poder Executivo Federal deve ser invariavelmente escolhido pelo voto direto.

II. No presidencialismo brasileiro, o chefe do Poder Executivo acumula as funções de chefe de Estado e de Governo.

III. Na eleição do presidente da República, não se adota o sistema majoritário puro ou simples.

IV. Não pode ser eleito presidente da República um cidadão que tenha sido anteriormente condenado pela prática de improbidade administrativa.

V. A figura do vice-presidente da República foi denominada, pelo estadunidense Benjamin Franklin, como “Sua Alteza Supérflua”, por causa de sua posição anômala na estrutura dos poderes; o mesmo ocorre no Direito Constitucional brasileiro, pois, a rigor, não há previsão constitucional de função para esse cargo.

A quantidade de itens certos é:

- a) 1
- b) 5
- c) 3
- d) 4
- e) 2

Questão 90: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do Poder Executivo (arts. 76 a 91 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

- a) A instauração de ação penal, perante o Superior Tribunal de Justiça, contra o Governador do Distrito Federal deve necessariamente ser precedida de autorização da Câmara Distrital.
- b) A Constituição Estadual ou a Lei Orgânica do Distrito Federal podem validamente dispor que o Governador da unidade federada não será processado criminalmente, por fatos alheios ao exercício do mandato, enquanto durar o mandato.
- c) A Constituição Estadual ou a Lei Orgânica do Distrito Federal podem validamente outorgar ao Governador imunidade à prisão em flagrante, à prisão preventiva e à prisão temporária.
- d) É válido o dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Distrito Federal que condiciona a abertura de processo criminal contra Secretário de Estado à prévia licença legislativa.
- e) Qualquer que seja o crime a eles imputados, os Deputados estaduais e distritais responderão sempre a processo penal perante o Tribunal de Justiça do seu Estado ou do Distrito Federal.

Questão 91: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do Poder Executivo (arts. 76 a 91 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

- a) Apenas o brasileiro nato pode ser Governador do Distrito Federal.
- b) A adoção do modelo proporcional para a eleição de Deputado Federal figura hipótese de eleição indireta admitida expressamente pela Constituição de 1988.
- c) O decreto autônomo, isto é, o decreto de perfil não regulamentar, cujo fundamento de validade repousa diretamente na Constituição, não é admitido pela ordem constitucional em vigor.
- d) A requisição, diferentemente da desapropriação, não supõe prévio pagamento de indenização – a indenização, ainda, no caso da requisição, subordina-se à ocorrência de dano. Além disso, em hipótese de requisição, a imissão na posse do bem independe de intervenção judicial.

e) Atos de cunho político, independentemente da sua repercussão sobre direitos fundamentais de terceiros, não são passíveis de revisão judicial.

Questão 92: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Do Poder Executivo (arts. 76 a 91 da CF/1988)

Norma de Constituição Estadual que exige prévia licença da Assembleia Legislativa para que o Governador possa ausentar-se do país por qualquer prazo é

- a) inconstitucional, por violação do princípio da simetria.
- b) inconstitucional, por vício de iniciativa.
- c) constitucional, pois se trata de matéria sobre a qual o constituinte estadual possui plena liberdade para definir.
- d) constitucional, pois a própria Constituição Federal previu essa possibilidade para as ausências do Presidente da República.
- e) constitucional, pois é matéria que a Constituição Federal incluiu nas competências do Poder Legislativo para fiscalizar as atividades do Poder Executivo.

Questão 93: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Do Poder Executivo (arts. 76 a 91 da CF/1988)

Assinale a alternativa correta.

- a) Cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor, sempre por lei de sua iniciativa, sobre organização e funcionamento da administração pública, quando se tratar de extinção de cargos públicos vagos.
- b) Cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor, sempre por lei de sua iniciativa, sobre organização e funcionamento da administração pública, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) Lei proveniente de iniciativa parlamentar, devidamente sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, pode dispor sobre organização e funcionamento da administração pública, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- d) Cabe ao Chefe do Poder Executivo dispor, mediante decreto, sobre organização e funcionamento da administração pública, quando não implicar aumento de despesa, nem criação ou extinção de órgãos públicos.

e) Lei proveniente de iniciativa parlamentar, devidamente sancionada pelo Chefe do Poder Executivo, pode dispor sobre organização e funcionamento da administração pública, quando se tratar de extinção de cargos públicos vagos.

Questão 94: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

De acordo com previsão constitucional, é possível a delegação, por parte do respectivo titular, de

- a) poderes remanescentes dos estados.
- b) competência municipal para assuntos de interesse local.
- c) competências privativas do Senado Federal.
- d) iniciativa reservada de projetos de lei do Poder Executivo.
- e) competência do chefe do Poder Executivo para expedição de decretos autônomos.

Questão 95: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Das atribuições do Presidente da República (art. 84 da CF/1988)

Compete privativamente ao Chefe do Executivo Federal:

- a) vetar projetos de lei, parcial ou totalmente, sendo, neste último caso, necessária a aquiescência do Vice-Presidente.
- b) decretar o estado de defesa e o estado de sítio, bem como a intervenção federal nos demais entes deferados, assim como, se for o caso, nos demais poderes da República, quando necessário à ordem pública.
- c) expedir decretos para a criação de órgãos públicos ou para a extinção de funções ou cargos públicos, ficando seus ocupantes em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- d) nomear os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dependendo previamente de aprovação do Senado Federal, o qual sabatinará o(a) candidato(a) indicado pelo próprio Presidente da República.

Questão 96: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Da responsabilidade do Presidente da República (arts. 85 e 86 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

- a) O Presidente ficará suspenso de suas funções nas infrações penais comuns e nos crimes de responsabilidade quando autorizados os respectivos processamentos pela Câmara dos Deputados.
- b) Entre as competências do Presidente se encontra a de convocar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, embora eventualmente possa delegar a atribuição de presidi-los.
- c) A Constituição não prevê expressamente a existência do cargo de Ministro do Planejamento, motivo pelo qual a sua criação depende da estruturação proposta pelo Presidente da República.
- d) Como não se trata de matéria constitucionalmente reservada à lei, o Presidente da República pode dispor, mediante decreto, sobre a extinção de funções ou cargos públicos, mesmo que a prática do ato crie ou extinga direitos e obrigações.
- e) Em caso de crime de responsabilidade do Presidente da República, a competência para o julgamento é do Senado Federal, sendo que a condenação depende da deliberação favorável do equivalente a 2/3 dos votos daquela Casa Parlamentar.

Questão 97: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Dos Ministros de Estado (arts. 87 e 88 da CF/1988)

Sobre a organização constitucional do Poder Executivo, é correto afirmar que:

- a) em caso de impedimento do Presidente e do Vice-Presidente da República, ou vacância dos respectivos cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal, o do Supremo Tribunal Federal e o do Superior Tribunal de Justiça.
- b) compete privativamente ao Presidente da República editar medidas provisórias com força de lei e dispor, mediante decreto autônomo, sobre organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa além dos limites fixados na corrente lei de diretrizes orçamentárias.
- c) compete privativamente ao Presidente da República nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, bem assim, dispensada a aprovação pelo Senado Federal, o Advogado-Geral da União e os juízes que compõem os Tribunais Regionais Federais.

d) são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que provejam cargos públicos federais.

e) compete ao Ministro de Estado, além de outras atribuições previstas na Constituição Federal e nas leis, retificar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República.

Questão 98: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Do Conselho da República e Conselho da Defesa Nacional (arts. 89 a 91 da CF/1988)

Compete ao Conselho da República

a) opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal.

b) pronunciar-se sobre estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal.

c) controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

d) opinar sobre a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

e) estudar iniciativas para garantir a independência nacional e defesa do Estado democrático.

Questão 99: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Das opções abaixo, assinale a única incorreta.

a) Nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade, as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, têm eficácia contra todos e têm efeito vinculante aos órgãos do Poder Judiciário, bem assim à administração pública direta e indireta, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

b) Na apreciação da inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou de ato normativo, o Supremo Tribunal Federal – STF cita o Advogado-Geral da União, previamente, para que este defenda o ato ou o texto impugnado, cabendo ao Procurador-Geral da República ser ouvido, previamente, nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF.

c) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

d) A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas que não forem abrangidas por sua jurisdição, atribuí-las aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho.

e) Os conflitos de competência entre quaisquer tribunais, entre tribunal e juízes a ele não vinculados e entre juízes vinculados a tribunais diversos se enquadram na competência originária do Superior Tribunal de Justiça – STJ, para processá-los e julgá-los, exceto aqueles que se estabeleçam entre o STJ e quaisquer tribunais, ou entre Tribunais Superiores, ou, ainda, entre estes e qualquer outro tribunal, cuja competência para dirimi-los, não-originiariamente, é do Supremo Tribunal Federal.

Questão 100: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Algumas decisões judiciais têm exercido o controle jurisdicional de políticas públicas, dentre as quais as relativas à saúde e à educação. A par da sua natureza jurisdicional, tais decisões, por vezes, acabam por interferir na programação e execução orçamentária em curso, o que exige sua submissão ao Direito Financeiro. Acerca do tema, assinale a opção correta.

a) Descabe a intervenção do judiciário nas políticas públicas, por atentar contra a separação dos Poderes.

b) A jurisdicionalização da política exige complexas avaliações técnicas – de ordem pedagógica, médica, administrativa, orçamentária e financeira –, o que inviabiliza o seu exercício ou a produção dos seus efeitos sem a prévia inclusão das despesas no orçamento do ano subsequente.

c) As decisões judiciais que interfiram na formulação e execução das políticas públicas devem ter caráter excepcional, mas podem ser obstadas pela invocação abstrata do princípio da reserva do possível.

d) É viável o controle judicial das políticas públicas relativas à educação e à saúde, mas não se poderá exigir a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política quando comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal.

e) O direito à saúde e à educação não são absolutos, razão pela qual a validade da decisão judicial dependerá das consequências macroeconômicas do pedido, de forma a preservar o regular planejamento orçamentário e o não comprometimento de outros programas sociais tão ou mais importantes para a população em geral.

Questão 101: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

Suponha que um Promotor de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que atua perante Juízo de primeiro grau, tenha convocado um diretor administrativo da Procuradoria do Distrito Federal para prestar esclarecimentos, cominando pena de prisão no caso de não-comparecimento. Decide-se ajuizar um habeas corpus contra a determinação do Promotor. Esse habeas corpus deve ser ajuizado perante:

- a) o Superior Tribunal de Justiça.
- b) o Tribunal Regional Federal com jurisdição sobre o Distrito Federal.
- c) o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.
- d) a Justiça comum de primeira instância do Distrito Federal.
- e) a Justiça Federal de primeira instância da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Questão 102: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

Os tribunais regionais federais não podem funcionar de forma descentralizada, ressalvada a justiça itinerante.

Certo

Errado

Questão 103: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

O tribunal regional eleitoral deve eleger seu vice-presidente entre os juízes federais.

Certo

Errado

Questão 104: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

Compete ao STJ processar e julgar, originariamente, o conflito de competência instaurado entre juiz federal e juiz do trabalho.

Certo

Errado

Questão 105: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Do Poder Judiciário (arts. 92 a 126 da CF/1988)

No que se refere ao Poder Judiciário, julgue o item seguinte, considerando que STJ se refere ao Superior Tribunal de Justiça.

A função de ministro-corregedor do Conselho Nacional de Justiça deve ser exercida por ministro do STJ.

Certo

Errado

Questão 106: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Das disposições gerais (poder judiciário, arts. 92 a 100 da CF/1988)

O ato de remoção compulsória de magistrado, por interesse público, só pode ser efetivado pelo voto

a) da maioria absoluta dos membros do respectivo Tribunal ou de seu Órgão Especial.

b) de três quintos dos membros do respectivo Tribunal ou de seu Órgão Especial ou do Conselho Nacional de Justiça.

c) de dois terços dos membros do respectivo Tribunal ou de seu Órgão Especial ou do Conselho Nacional de Justiça.

d) de dois terços dos membros do respectivo Tribunal ou de seu Órgão Especial.

e) da maioria absoluta dos membros do respectivo Tribunal ou de seu Órgão Especial ou do Conselho Nacional de Justiça.

Questão 107: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Das disposições gerais (poder judiciário, arts. 92 a 100 da CF/1988)

Sobre o Poder Judiciário, de acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, considere:

I. Lei Complementar Estadual que instituiu a Lei Orgânica do Poder Judiciário de determinado Estado estabeleceu critérios diversos dos previstos na Lei Orgânica da Magistratura Nacional para desempate na lista de antiguidade da Magistratura Estadual. Trata-se de dispositivo inconstitucional por versar sobre matéria própria do Estatuto da Magistratura, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

II. A aplicação das normas e princípios previstos para o Poder Judiciário na Constituição Federal de 1988 depende da promulgação do Estatuto da Magistratura.

III. É inconstitucional dispositivo de Lei Complementar de determinado Estado que institui a possibilidade de, mediante prévia inspeção médica e comprovação de idoneidade moral, haver readmissão de Magistrado exonerado, que ingressará nos quadros da Magistratura, assegurada a contagem do tempo de serviço anterior para efeito de disponibilidade, gratificação, adicional e aposentadoria, desde que o interessado não tenha mais de 25 anos de serviço público.

IV. É constitucional a criação por lei estadual de varas especializadas em delitos praticados por organizações criminosas, com previsão de indicação e nomeação de magistrados que ocuparão as referidas varas pelo Presidente do Tribunal de Justiça, com a aprovação do respectivo tribunal, para mandato de 2 anos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.
- e) I e II.

Questão 108: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Do Estatuto da Magistratura (art. 93 da CF/1988)

Assinale a opção correta.

- a) A garantia da inamovibilidade dos Juízes não é absoluta, uma vez que é possível a remoção por interesse público, devendo a decisão ser tomada pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada a ampla defesa.
- b) O subsídio mensal dos membros do Judiciário, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, e ainda as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, salvo as disciplinares, as quais, ainda, deverão ser tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
- d) Cabe reclamação no Supremo Tribunal Federal em face de qualquer ato judicial que contrarie decisões proferidas em ações diretas de inconstitucionalidade, as quais possuem eficácia contra todos e efeito vinculante, em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.
- e) A reclamação cabível no Supremo Tribunal Federal, a fim de preservar a sua competência ou garantir a autoridade de suas decisões, tem natureza jurídica de medida processual de caráter excepcional, a ser manejada pelos mesmos legitimados para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade.

Questão 109: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do quinto constitucional (art. 94 da CF/1988)

Com referência ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à advocacia, assinale a opção correta.

- a) Com a Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, o Conselho Nacional de Justiça passou a ter a competência de exercer a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, função em que poderá expedir decisões com caráter vinculante.
- b) Por força do chamado “quinto constitucional”, em todos os tribunais brasileiros pelo menos 20% das vagas são destinadas a advogados e membros do Ministério Público (MP), alternadamente.
- c) Por força de suas competências constitucionais, o Ministério Público pode, em alguns casos, ajuizar ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos.

d) A Constituição atribui ao MP, em caráter exclusivo, o poder de ajuizar ação penal.

e) Se um advogado, com vontade livre e consciente, promover a juntada de documento falso aos autos de reclamação trabalhista, o juiz do trabalho deverá remeter cópia do feito ao Ministério Público do Trabalho, para que ofereça denúncia perante a própria Justiça do Trabalho e se instaure o competente processo-crime. A competência desse ramo do Poder Judiciário nasce do fato de o delito envolver matéria sujeita à sua jurisdição.

Questão 110: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Do quinto constitucional (art. 94 da CF/1988)

Novamente no que respeita ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à advocacia, assinale a opção correta.

a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar mandado de segurança contra ato do Conselho Nacional de Justiça.

b) No momento em que é investido no cargo de membro de um tribunal do Poder Judiciário brasileiro, um advogado ou membro do MP adquire vitaliciedade, sem necessidade de cumprir estágio probatório.

c) O Distrito Federal acumula as competências dos estados-membros e dos municípios. Por outro lado, a Constituição atribui competência aos primeiros para organizar seu próprio Poder Judiciário, na Constituição Estadual. Esta, no caso do DF, corresponde à Lei Orgânica. Com base nessas premissas, seria juridicamente válido que a LODF instituisse foro por prerrogativa de função, no TJDFT, para os delegados de polícia civil.

d) Em virtude da imunidade atribuída pela Constituição aos advogados, estes não podem ser processados por crime contra a honra, em razão da defesa que fizerem de seus constituintes.

e) Considere a seguinte situação hipotética. O governador do DF baixou portaria disciplinando determinadas situações, e um cidadão, sentindo-se lesado, considerou-a contrária a uma lei federal, fundamento com base no qual impetrou mandado de segurança. O TJDFT indeferiu a segurança. Contra esse acórdão, por estar em jogo uma questão constitucional pertinente à repartição de competências federativas, o recurso adequado será o extraordinário.

Questão 111: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

Das formulações redacionais abaixo, marque aquela que corresponde aos exatos termos de norma vigente da Constituição da República Federativa do Brasil:

a) o sistema financeiro nacional, estadual, distrital ou municipal será estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, e será regulado por leis complementares de cada ente federado, que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

b) é facultativa a inclusão, no orçamento das entidades de direito público e privado, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.

c) a iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e a qualquer cidadão, na forma e nos casos previstos nesta Constituição, não sendo obrigatória a observância da ordem aqui estabelecida.

d) podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; o Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e partido político com representação no Congresso Nacional.

e) à exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

Questão 112: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Dos Precatórios (art. 100 da CF/1988)

Diante da inadimplência da maioria das unidades federadas, a Constituição Federal de 1988 acrescentou o artigo 33 do Ato das Disposições Transitórias que previu o pagamento do débito em até oito anos para os precatórios de natureza não alimentar, pendentes de pagamento na data de sua promulgação. A crise econômica do País, na Década de 80, levou ao aumento da dívida e à promulgação

das Emendas Constitucionais no 29/98 e no 62/2009 para tentar equalizar a questão. Neste contexto, pode-se asseverar quanto aos precatórios:

- a) A Constituição Federal autoriza o parcelamento de todos os tipos de precatório, alimentar e não alimentar, por período a ser fixado livremente por cada ente estatal de acordo com sua capacidade financeira (Fazendas Públicas Federal, Estaduais, Distrital e Municipais).
- b) No momento da expedição dos precatórios não é permitida a compensação de valor correspondente aos débitos líquidos e certos, inscritos ou não, em dívida ativa e constitutivos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora.
- c) A preferência de pagamento dos débitos de natureza alimentar segue a ordem de idosos, pessoas com mais de 60 (sessenta) anos na época do trânsito em julgado da ação principal e credores acometidos de doenças graves, nos termos fixados na legislação pertinente ao imposto de renda.
- d) Contas especiais são administradas pelo Tribunal de Justiça Estadual para pagamento de precatórios expedidos pelos Tribunais em geral, inclusive Tribunais Federais, Tribunais Regionais do Trabalho e demais Tribunais Estaduais.
- e) Foram canceladas automaticamente todas as cessões de crédito efetuadas antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional no 62/2009, não sendo mais admitida a negociação dos créditos.

Questão 113: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

Sobre a organização constitucional do Poder Judiciário, é incorreto afirmar que:

- a) compete à lei complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal dispor sobre o estatuto da magistratura, observado, dentre outros, o princípio da publicidade dos julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive quanto às sessões administrativas e ressalvadas as situações previstas em lei em favor da preservação do direito à intimidade das partes ou de alguma delas.
- b) compete privativamente aos tribunais elaborar seus regimentos internos e propor a criação de novas varas judiciárias.
- c) os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, em virtude de sentença judiciária, farse-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

d) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

e) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso especial, as causas decididas em única ou última instância pelos juizados especiais federais quando a decisão recorrida der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro juizado especial federal.

Questão 114: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Do Supremo Tribunal Federal - STF (arts. 101 a 103 da CF/1988)

A defesa da ordem constitucional em âmbito estadual, nas ações declaratórias de inconstitucionalidade de lei municipal perante o Tribunal de Justiça estadual, compete a(o):

- a) Chefe do Executivo estadual.
- b) Procurador-Geral de Justiça.
- c) Procurador-Geral do Estado.
- d) Defensor Público-Geral do Estado.

Questão 115: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Das Súmulas Vinculantes (art. 103-A da CF/1988)

O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública direta e indireta, na esfera federal.

Em relação à tal afirmação, assinale a assertiva correta.

- a) A afirmativa está correta.
- b) A afirmativa está incorreta, pois o quórum para aprovação de súmula vinculante é de maioria absoluta.
- c) A afirmativa está incorreta, pois o efeito vinculante diz respeito apenas aos órgãos do Poder Judiciário.
- d) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

Questão 116: FCC - Proc (PGE RO)/PGE RO/2011

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

A Emenda Constitucional no 45 institucionalizou o Conselho Nacional de Justiça no âmbito federal. Determinado Estado-membro decide criar órgão semelhante na esfera estadual, por iniciativa do Poder Legislativo local. Quanto à legalidade da medida é correto afirmar:

- a) O Estado sempre pôde criar órgão de controle administrativo com membros externos ao Poder Judiciário Estadual com base na autonomia garantida aos membros da federação e no princípio da separação dos Poderes.
- b) O Estado não pode criar órgão administrativo de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem outros Poderes ou entidades, por ser inconstitucional diante do princípio da separação dos Poderes e do caráter orgânico unitário da magistratura.
- c) Após a edição da Emenda Constitucional no 45, conhecida como Emenda da Reforma do Poder Judiciário, passou a ser possível a criação de órgão semelhante ao Conselho Nacional de Justiça, no âmbito de seu território.
- d) O ato só será válido após a criação do órgão estadual que deve ser feita por ato do próprio Conselho Nacional de Justiça e ratificada pelo Poder Judiciário local.
- e) O Estado poderá criar o órgão por ato exclusivo do Poder Judiciário local.

Questão 117: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

A accountability do Poder Judiciário fortaleceu-se com o advento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2004. Sobre o órgão e sua competência disciplinar, na esteira da compreensão do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O CNJ detém competência subsidiária, mas não originária ou concorrente, para instaurar procedimentos administrativos disciplinares aplicáveis aos magistrados, podendo atuar após a inércia dos Tribunais dos Estados-membros, os quais devem ter sua autonomia preservada.
- b) O CNJ detém competência originária e concorrente para instaurar procedimentos administrativos disciplinares aplicáveis a magistrados.
- c) O CNJ detém competência para analisar, apenas em grau de recurso, os procedimentos administrativos disciplinares aplicáveis aos magistrados e instaurados pelos respectivos Tribunais de Justiça.

d) O CNJ detém somente competência subsidiária para instaurar procedimentos administrativos disciplinares aplicáveis aos magistrados das Justiças estaduais, mas detém competência originária em relação aos magistrados federais.

e) O CNJ detém competência para regulamentar a atuação dos Tribunais, mas não para instaurar procedimentos administrativos disciplinares.

Questão 118: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ deliberou acolher representação para o fim de avocar processo disciplinar contra juiz de direito, em curso perante o Tribunal de Justiça respectivo. O Tribunal de Justiça entendeu que a decisão do CNJ violou, abusivamente, sua autonomia administrativa por ter avocado o processo disciplinar sem amparo legal e contrariamente à jurisprudência, motivo pelo qual pretende impugná-la pela via do mandado de segurança. A pretensão do Tribunal de Justiça

a) não encontra amparo constitucional, uma vez que, embora não seja permitido ao CNJ avocar processo disciplinar em curso contra juiz, mas apenas processo disciplinar contra outros servidores do Poder Judiciário, não cabe mandado de segurança contra a decisão do CNJ.

b) encontra amparo constitucional, uma vez que, embora seja permitido ao CNJ avocar processo disciplinar em curso contra juiz, eventual abuso de poder poderá ser objeto de mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal, se presentes os requisitos legais.

c) encontra amparo constitucional, uma vez que não é permitido ao CNJ avocar processo disciplinar em curso contra juiz, mas apenas processo disciplinar contra outros servidores do Poder Judiciário, cabendo a impetração de mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça, se presentes os requisitos legais.

d) encontra amparo constitucional, uma vez que, embora seja permitido ao CNJ avocar processo disciplinar em curso contra juiz, eventual abuso de poder poderá ser objeto de mandado de segurança perante o juiz monocrático competente, se presentes os requisitos legais.

e) poderá ser exercida, uma vez que, embora seja permitido avocar processo disciplinar em curso contra juiz, eventual abuso de poder poderá ser objeto de mandado de segurança perante o Superior Tribunal de Justiça, se presentes os requisitos legais.

Questão 119: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

O Conselho Nacional de Justiça, nos termos preconizados pela Constituição Federal, é composto de 15 membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução. Dentre os seus componentes haverá necessariamente

- a) um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) dois advogados indicados pelo Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Nacional.
- c) um membro do Ministério Público Federal, escolhido e indicado pelo Procurador-Geral da República.
- d) um juiz do Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados pelo Presidente do Congresso Nacional.

Questão 120: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Do Conselho Nacional de Justiça - CNJ (art. 103-B da CF/1988)

Em sessão presidida pelo Ministro-Corregedor, o Conselho Nacional de Justiça conhece de reclamação formulada por jurisdicionado e, em consequência, determina a instauração de processo administrativo disciplinar em face de magistrado estadual de primeira instância, ao cabo do qual, assegurada ampla defesa, poderá ser determinada sua aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, há irregularidade no procedimento APENAS quanto

- a) à presidência da sessão do CNJ, que somente pode ser exercida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal ou, na ausência ou impedimento deste, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal.
- b) ao recebimento de reclamação formulada por jurisdicionado e à instauração de processo administrativo disciplinar em face de magistrado estadual, por faltar competência ao CNJ para tanto.
- c) à instauração de processo administrativo disciplinar em face de magistrado estadual, por se tratar de exercício de competência disciplinar e correicional originária do tribunal ao qual vinculado.
- d) à presidência da sessão do CNJ, que somente pode ser exercida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal ou, na ausência ou impedimento deste, pelo Vice-

Presidente do Supremo Tribunal Federal; e à possibilidade de aplicação de pena de aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço ao magistrado estadual, dado que aos magistrados é assegurada aposentadoria com proventos integrais.

e) à instauração de processo administrativo disciplinar em face de magistrado estadual, por se tratar de exercício de competência disciplinar e correicional originária do tribunal ao qual vinculado; e à possibilidade de aplicação de pena de aposentadoria com proventos proporcionais ao tempo de serviço ao magistrado estadual, dado que aos magistrados é assegurada aposentadoria com proventos integrais.

Questão 121: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Do Superior Tribunal de Justiça - STJ (arts. 104 e 105 da CF/1988)

Julgue o item que se segue, à luz das disposições constitucionais sobre a repartição de competências, o processo legislativo e a questão federativa.

Compete ao TJDF julgar o governador do DF nos crimes comuns.

Certo

Errado

Questão 122: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

a) No caso das súmulas vinculantes, a aprovação, revisão ou cancelamento dependem da provocação da maioria qualificada dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, considerando para tanto decisão que seja tomada por 2/3 dos votos dos seus membros, figurando como requisito para sua edição a existência de reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal sobre matérias que constitucionalmente lhe são afetas.

b) Compete à Justiça do Trabalho apreciar e julgar pedidos concernentes a perdas e danos morais e/ou materiais, deduzidos em face do (ex) empregador, decorrentes de acidente do trabalho.

c) De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a ele compete originariamente julgar o habeas corpus contra decisão denegatória de turma recursal dos Juizados Especiais Criminais.

d) No caso de mandado de segurança de competência originária de Tribunal Regional Federal, o recurso adequado contra o acórdão que o julgar será o recurso extraordinário ou o recurso especial, dependendo de o fundamento da decisão ter sido, respectivamente, constitucional ou infraconstitucional.

e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão do exequatur às cartas rogatórias, que podem ser conferidas pelo regimento interno ao seu Presidente.

Questão 123: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

Assinale a opção incorreta.

a) A Justiça do Trabalho detém competência para julgar as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho e as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho.

b) Compete à Justiça do Trabalho dirimir controvérsias em torno de representação sindical, transferida da Justiça Comum para a do Trabalho, conforme previsão na Emenda Constitucional n. 45, de 2004, mantendo, por decisão do STF, a competência residual dos TJs e do STJ para apreciar os recursos nessa matéria, quando já proferidas decisões na Justiça Comum antes da promulgação da Emenda em comento.

c) As decisões tomadas pelo Tribunal Superior do Trabalho são irrecorríveis, salvo: as decisões denegatórias de mandado de segurança, habeas corpus ou habeas data, cabendo recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal e as decisões que contrariarem a Constituição ou declararem a inconstitucionalidade de lei federal ou tratado, quando caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

d) A Emenda Constitucional n. 45, de 2004, manteve o Poder Normativo da Justiça do Trabalho como forma de solução dos conflitos coletivos exigindo, previamente, ao ajuizamento do dissídio coletivo de natureza econômica, a comprovação do esgotamento do processo negocial entre empregados e empregadores.

e) Com a redação da Emenda Constitucional n. 45, de 2004, o Tribunal Superior do Trabalho passou a ser composto por vinte e sete Ministros, escolhidos entre brasileiros, com mais de 35 e menos de 65 anos, nomeados pelo Presidente da República, após a aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo 1/5 entre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros

do Ministério Público do Trabalho, com mais de dez anos de efetivo exercício, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação da respectiva classe.

Questão 124: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Dos Tribunais e Juízes do Trabalho (arts. 111 a 117 da CF/1988)

Juiz do Trabalho ao qual seja imputada a prática de crime de homicídio será processado e julgado, criminalmente, perante o

a) órgão de primeira instância da Justiça estadual comum, sendo do Tribunal de Justiça estadual a competência para processar e julgar habeas corpus em caso de ilegalidade ou abuso de poder que ameace ou lese a liberdade de locomoção do magistrado.

b) Tribunal Regional Federal da área de sua jurisdição, sendo do Superior Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar habeas corpus em caso de ilegalidade ou abuso de poder que ameace ou lese a liberdade de locomoção do magistrado.

c) Tribunal Regional do Trabalho ao qual esteja vinculado, sendo do Tribunal Superior do Trabalho a competência para processar e julgar habeas corpus em caso de ilegalidade ou abuso de poder que ameace ou lese a liberdade de locomoção do magistrado.

d) Tribunal de Justiça Estadual, sendo do Superior Tribunal de Justiça a competência para processar e julgar habeas corpus em caso de ilegalidade ou abuso de poder que ameace ou lese a liberdade de locomoção do magistrado.

e) Superior Tribunal de Justiça, sendo do Supremo Tribunal Federal a competência para processar e julgar habeas corpus em caso de ilegalidade ou abuso de poder que ameace ou lese a liberdade de locomoção do magistrado.

Questão 125: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Ministério Público (arts. 127 a 130 da CF/1988)

Na questão, assinale a opção correta.

a) As atribuições do Ministério Público não são matéria sujeita à reserva absoluta de lei complementar.

b) O veto fundado em inconstitucionalidade pode adquirir natureza absoluta.

c) Também no caso dos territórios, quando e se forem criados na forma prevista na Constituição, deverá ser observado o critério proporcional para eleição de deputados federais e majoritário para senadores.

d) Diante de ato normativo do Poder Executivo, que exorbite do poder regulamentar, compete exclusivamente ao Congresso Nacional emendar o ato, a fim de enquadrá-lo aos limites da delegação legislativa.

e) Considerando o contexto da independência do Poder Legislativo, é norma de repetição obrigatória nas Constituições Estaduais o reconhecimento às Assembléias Legislativas do poder de determinar a exoneração de Secretário de Estado.

Questão 126: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Ordem Social (arts. 193 a 232 da CF/1988)

Das formulações abaixo, assinale a que não abrange matéria de natureza constitucional.

a) Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira.

b) A Escola Superior da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, denominada Escola Superior da PGFN, é órgão do Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com cargos de direção privativos de membros da carreira de Procurador da Fazenda Nacional, devendo a escolha recair, preferencialmente, em Procuradores com experiência comprovada no ensino superior.

c) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, cabendo ouvir as comunidades afetadas, a elas assegurada participação nos resultados da lavra.

d) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

e) A vedação a que os entes dotados do poder de tributar instituem impostos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços, uns dos outros, consiste em imunidade tributária, denominada, tecnicamente, "imunidade recíproca".

Questão 127: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Controle Concentrado exercido pelo Poder Judiciário

Sobre o sistema brasileiro de controle concentrado de constitucionalidade, é incorreto afirmar que:

- a) na ação direta de inconstitucionalidade, é admissível a impugnação de decretos executivos quando estes representem atos de aplicação primária da Constituição.
- b) a ação declaratória de constitucionalidade pode ser proposta por confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originalmente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- d) quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de lei ou ato normativo, citará, previamente, Advogado da União ou Procurador da Fazenda Nacional, conforme a natureza da matéria, que se manifestará sobre o ato ou texto impugnado.
- e) o Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá, dentre outros, efeito vinculante em relação aos demais do Poder Judiciário.

Direito Previdenciário

Questão 128: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Receitas das Contribuições Sociais

Considerando que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, bem como o caráter tributário da contribuição social prevista no art. 195 da Constituição Federal, analise as assertivas abaixo referentes a cobrança da COFINS, PIS e FINSOCIAL sobre operações relativas a energia elétrica, nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, assinalando a opção correta.

- a) A COFINS não pode incidir sobre operações relativas a energia elétrica.
- b) É constitucional a cobrança do FINSOCIAL sobre as operações relativas a energia elétrica.
- c) O PIS não pode incidir sobre operações relativas a energia elétrica.

d) Novos impostos podem ser instituídos para incidir sobre operações relativas a energia elétrica.

e) A imunidade relativa a impostos evita a incidência da COFINS sobre as operações relativas a energia elétrica.

Questão 129: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Salário-de-Contribuição

Assinale a opção correta.

a) A condição de segurado especial não subsiste se o trabalhador que exerce atividade rural em regime de economia familiar é beneficiário de programa assistencial oficial do governo.

b) A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça considera que é ilegal a retenção de 11% sobre os valores brutos das faturas dos contratos de prestação de serviço pelas empresas tomadoras, uma vez que a Lei n. 9.711/98 acabou criando novo tributo sem atender aos ditames legais e constitucionais.

c) Integra o valor do salário-de-contribuição a quantia paga pela pessoa jurídica a programa de previdência complementar fechado, disponível apenas aos seus gerentes e diretores.

d) O prazo prescricional para cobrança de contribuições previdenciárias após a edição da Emenda Constitucional n. 08/77 passou a ser de vinte anos, o que perdurou até o início da vigência da Lei n. 8.212/91, que o alterou para dez anos.

e) Como não pode exercer atividade de comércio, o segurado especial da Previdência Social não é obrigado a recolher nenhuma contribuição sobre a receita da venda de artigos de artesanato elaborados com matéria-prima produzida pelo respectivo grupo familiar.

Questão 130: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Parcelas Integrantes e não-Integrantes (salário de contribuição)

Em relação ao salário de contribuição, assinale a opção correta.

a) Consoante o entendimento do STJ, a verba denominada hora repouso alimentação não tem natureza remuneratória, não compondo, portanto, o salário de contribuição.

- b) O salário de contribuição de empregado que, vinculado ao RGPS, integre categoria cuja remuneração mensal mínima seja fixada em R\$ 800,00 por acordo coletivo é o salário mínimo.
- c) Compõem o salário de contribuição do empregado vinculado ao RGPS as parcelas remuneratórias decorrentes do seu trabalho, ressalvada a gratificação natalina (décimo terceiro salário), conforme entendimento do STF.
- d) A quantia paga a título de um terço de férias integra o salário de contribuição.
- e) Segundo entendimento do STF, a indenização de transporte paga em dinheiro não integra o salário de contribuição.

Questão 131: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Parcelas Integrantes e não-Integrantes (salário de contribuição)

Segundo a legislação e a jurisprudência dos tribunais superiores, integra o salário-de-contribuição:

- a) o auxílio-creche.
- b) o aviso-prévio indenizado.
- c) o vale transporte pago em pecúnia ao empregado.
- d) a verba paga a título de incentivo à demissão.
- e) a verba paga pelo empregador ao pai nos primeiros cinco dias após o nascimento do filho (salário-paternidade).

Questão 132: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Arrecadação e recolhimento

Na organização do Regime Geral da Previdência Social, o custeio é parte intimamente relacionada à tributação. As contribuições sociais, espécie do gênero tributo, são detalhadas na legislação federal previdenciária. Nesse sentido, analise a situação-problema abaixo e assinale a assertiva correta.

Carlos, advogado autônomo, que possui escritório no qual trabalham uma secretária e um office boy, nega-se a pagar a contribuição previdenciária da empresa incidente sobre a folha de salários mensal.

- a) A posição assumida por Carlos encontra-se amparada pela Lei n. 8.212/91, uma vez que Carlos é advogado pessoa física.
- b) Carlos deve contribuir como trabalhador e empresa.

- c) Carlos contribui somente sobre os valores auferidos com o seu trabalho de contribuinte individual autônomo.
- d) Perante a Previdência, Carlos contribui como trabalhador e não como empresa.
- e) Carlos é empregador, mas não é empresa perante o fisco previdenciário.

Questão 133: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Decadência e prescrição (custeio)

A respeito do prazo de decadência e prescrição das contribuições sociais, assinale a opção correta, considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal.

- a) O prazo de decadência está validamente regulamentado na Lei n. 8.212/91.
- b) O prazo de prescrição está validamente regulamentado na Constituição Federal.
- c) Os prazos de prescrição e decadência podem ser regulamentados em lei ordinária.
- d) O prazo de decadência ocorre no prazo de 10 anos e o de prescrição, no prazo de 30 anos.
- e) Os prazos de prescrição e a decadência das contribuições sociais são idênticos aos previstos no Código Tributário Nacional.

Questão 134: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Segurados Obrigatórios (RGPS - benefícios)

Quanto aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, considere:

I. Os dependentes preferenciais são aqueles que se encontram na primeira classe de dependentes, que prefere a todas as outras e compreende as figuras do cônjuge, companheiro(a) e filho(a) menor de 18 anos, não emancipado(a) ou inválido(a).

II. Os segurados obrigatórios são aqueles beneficiários que exercem algum tipo de atividade profissional remunerada, ou seja, os diversos tipos de trabalhadores, inclusive servidores públicos que não participem de regime próprio de previdência social.

III. Os dependentes do RGPS são aqueles beneficiários que se vinculam à Previdência por manterem com o segurado laços de família e dependência

econômica, conforme prescrito em lei, o que caracteriza seu vínculo como acessório, pois exerce direitos em nome do segurado.

IV. Cônjuge separado judicialmente ou divorciado, com direito a alimentos, preserva a condição de dependente do segurado do RGPS, e eventualmente concorre, em condições de igualdade, com companheira do segurado.

Está correto o que se afirma em

- a) I e III, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II, III e IV.
- d) II e III, apenas.
- e) II e IV, apenas.

Questão 135: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Das Espécies de Prestações

À luz do texto constitucional, julgue os itens abaixo referentes aos benefícios e serviços que são de competência da Previdência Social:

- I. Cobertura dos eventos de invalidez, morte e idade avançada.
- II. Proteção à família.
- III. Qualificação para o trabalho.
- IV. Garantia de um salário-mínimo ao deficiente físico.

- a) Todos estão corretos.
- b) Somente I está correto.
- c) I e II estão corretos.
- d) I e III estão corretos.
- e) III e IV estão corretos.

Questão 136: FCC - Proc (PGE RN)/PGE RN/2014

Assunto: Do Salário-de-Benefício

Sobre os elementos que compõem o cálculo do benefício do Regime Geral de Previdência Social, prescreve a legislação atualmente em vigor.

- a) O salário de benefício compreende a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 80% de todo o período contributivo, limitado a julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário no caso dos benefícios que têm a função de substituir o rendimento do trabalho.
- b) O salário de benefício compreende a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 80% de todo o período contributivo, limitado a julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário apenas no caso das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, e neste último caso somente se mais favorável ao segurado.
- c) O salário de benefício compreende a média aritmética simples dos maiores salários de contribuição, correspondentes à 100% de todo o período contributivo, limitado a julho de 1994, multiplicado pelo fator previdenciário apenas no caso das aposentadorias por tempo de contribuição e por idade, neste último caso somente se mais favorável ao segurado.
- d) O fator previdenciário consiste num coeficiente de cálculo, aplicado obrigatoriamente na apuração do salário de benefício dos benefícios previdenciários que tenham a função de substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalhador, composto pelas variáveis tempo de contribuição, idade e expectativa de sobrevida.
- e) O valor da renda mensal inicial do benefício será obtido a partir da multiplicação do salário de benefício pelo percentual de cálculo definido por lei e reajustado periodicamente, nas mesmas datas e pelos mesmos índices de reajustamento definidos na política de valorização do salário-mínimo.

Questão 137: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Aposentadoria Por Tempo de Contribuição

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O segurado que preencher as condições para a percepção da aposentadoria por tempo de contribuição integral poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial se o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição alcançar os limites mínimos indicados em lei.

Certo

Errado

Questão 138: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Aposentadoria Especial

Quanto ao benefício de aposentadoria, dentre as normas reguladoras previdenciárias, consta que

- a) a concessão da aposentadora por invalidez em caso de doença profissional ou do trabalho no Regime Geral da Previdência Social depende de carência de doze contribuições mensais.
- b) o valor da aposentadoria por invalidez no Regime Geral da Previdência Social do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 30% até que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.
- c) a aposentadoria por idade no Regime Próprio da Previdência Social será devida ao segurado que, cumprida a carência de 180 contribuições mensais, completar 65 anos de idade, se homem, e 60 se mulher, reduzidos em cinco anos para os que exerçam atividades rurais, exceto os empresários e os professores de qualquer nível ou natureza.
- d) a aposentadoria especial no Regime Geral de Previdência Social será devida, uma vez cumprida a carência exigida nesta Lei, ao segurado que tiver trabalhado sujeito a condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, durante 15, 20 ou 25 anos, conforme dispuser a lei.
- e) os servidores abrangidos pelo regime de previdência própria previsto na Constituição Federal serão aposentados por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, ainda que decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável.

Questão 139: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Auxílio-Doença

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

O auxílio-doença será devido ao segurado empregado a partir do trigésimo dia de seu afastamento da atividade laboral.

Certo

Errado

Questão 140: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Do Auxílio-Acidente

A Lei no 8.213/91 que regulamenta as prestações e os benefícios da Previdência Social estabelece que

- a) a aposentadoria por tempo de serviço, o abono de permanência em serviço, os pecúlios e a reabilitação profissional são benefícios exclusivos do segurado e não se estendem aos seus dependentes.
- b) somente poderão se beneficiar do auxílio-acidente os segurados na qualidade de empregado, incluindo o doméstico, trabalhador avulso e segurado especial.
- c) o auxílio-doença será devido a todos os segurados a contar do 16o dia do afastamento da atividade, independentemente de carência e consistirá numa renda mensal correspondente a 80% do salário-de-benefício.
- d) a pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito ou da decisão judicial, no caso de morte presumida e o valor mensal será de 91 % do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por invalidez.
- e) é vedado o recebimento conjunto do seguro-desemprego com pensão por morte e auxílio-acidente, assim como não é permitido o recebimento conjunto de salário maternidade e pensão por morte.

Questão 141: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Pensão por Morte

No tocante às recentes alterações impostas aos benefícios previdenciários, julgue o item seguinte.

Constatada – em processo judicial em que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa – simulação ou fraude no casamento ou na união estável com a finalidade de obter benefício previdenciário, o cônjuge, ou o(a) companheiro(a) supérstite, perderá o direito à pensão por morte.

Certo

Errado

Questão 142: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Decadência e Prescrição (benefícios)

A respeito do acidente de trabalho e das ações judiciais em matéria previdenciária, julgue o item subsequente.

Nos termos do entendimento do STJ, nas demandas ajuizadas pelo INSS contra o empregador do segurado falecido em acidente laboral nas quais se vise o ressarcimento dos valores decorrentes do pagamento da pensão por morte, o termo a quo da prescrição quinquenal será a data do acidente.

Certo

Errado

Questão 143: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Da Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição

Considerando a contagem recíproca de tempo de serviço, é correto afirmar:

a) O tempo de contribuição ou de serviço será contado e acordo com a legislação pertinente, considerando entre outras normas, a admissão da contagem em dobro, em situações especiais.

b) A aposentadoria por tempo de serviço, com contagem de tempo, será concedida ao segurado do sexo feminino a partir de 30 (trinta) anos completos de serviço, e, ao segurado do sexo masculino, a partir de 25 (vinte e cinco) anos completos de serviço, ressalvadas as hipóteses de redução previstas em lei.

c) Quando a soma dos tempos de serviço ultrapassar 25 (vinte e cinco) anos, se do sexo feminino, e 30 (trinta) anos, se do sexo masculino, o excesso não será considerado para qualquer efeito.

d) O benefício resultante de contagem de tempo de serviço será concedido e pago pelo sistema a que o interessado estiver vinculado ao requerê-lo, e calculado na forma da legislação anterior, considerando o direito adquirido do beneficiário.

e) Para efeito dos benefícios previstos no Regime Geral de Previdência Social ou no serviço público é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na atividade privada, rural e urbana, e do tempo de contribuição ou de serviço na administração pública, hipótese em que os diferentes sistemas de previdência social se compensarão financeiramente.

Questão 144: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Acidente de Trabalho

Com base na legislação sobre acidentes no trabalho e na jurisprudência acerca da matéria, assinale a opção correta.

- a) Segundo o STJ, compete à justiça do trabalho julgar as causas relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho propostas pelo empregado contra o empregador, excetuadas as ações ajuizadas pelo cônjuge supérstite de empregado falecido em razão de acidente do trabalho.
- b) O pagamento do seguro de acidente de trabalho pelo empregador não exclui a possibilidade de reconhecimento de responsabilidade civil da empresa perante a previdência social, em ação regressiva proposta na justiça estadual.
- c) De acordo com o entendimento do STF, é constitucional a norma que garante ao empregado, após a cessação do auxílio doença acidentário, a estabilidade provisória no emprego por, no mínimo, doze meses, independentemente da percepção de auxílio-acidente.
- d) Consoante a CF, o acidente de trabalho constitui risco social passível de proteção previdenciária, sendo o seguro de acidente de trabalho encargo exclusivo do empregador, dispensando-o do pagamento de indenização por dolo ou culpa.
- e) De acordo com a legislação acidentária, a doença profissional, também conhecida como doença do trabalho, é adquirida ou desencadeada em decorrência de condições especiais de trabalho, estando com elas diretamente relacionada.

Questão 145: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Do tempo de contribuição

Em relação ao tempo de contribuição, considere:

- I. O tempo de contribuição já considerado para concessão de qualquer aposentadoria prevista no Regulamento da Previdência Social ou por outro regime de previdência social.
- II. O período de contribuição efetuada por segurado depois de ter deixado de exercer atividade remunerada que o enquadrava como segurado obrigatório da previdência social.
- III. O tempo de exercício de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal, desde que tenha havido contribuição em época própria e não tenha sido contado para efeito de aposentadoria por outro regime de previdência social.
- IV. O período em que o segurado esteve recebendo auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, entre períodos de atividade.

Segundo as normas previdenciárias, será considerado como tempo de contribuição o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) III e IV.
- e) II, III e IV.

Direito Processual Civil (Novo CPC - Lei nº 13.105/2015)

Questão 146: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)

Uma empresa recolheu determinado tributo junto ao Município de Sinop – MT. Posteriormente, foi surpreendido com notificação de lançamento tributário pelo Município de Cuiabá – MT, relativamente ao mesmo tributo e mesmo fato gerador do tributo já pago para a outra fazenda municipal. Caso a autora venha a propor ação de anulação do débito fiscal em face do Município de Cuiabá – MT,

- a) poderá formar litisconsórcio passivo eventual com relação ao Município de Sinop, pleiteando a repetição do indébito no caso de improcedência do seu pedido principal.
- b) precisará aguardar o desfecho desta ação para, caso seja improcedente, pleitear a repetição do indébito perante o Município de Sinop.
- c) poderá formar um litisconsórcio passivo sucessivo com relação ao Município de Sinop, pleiteando a repetição do indébito no caso de improcedência do seu pedido principal.
- d) precisará formar litisconsórcio necessário entre os dois municípios para que a relação processual seja completa.
- e) caberá ao requerido denunciar a lide ao Município de Sinop, a fim de buscar indenização regressiva caso a demanda venha a ser julgada procedente.

Questão 147: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Litisconsórcio (arts. 113 a 118)



Pedro, motorista da Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas, conduzia um veículo do referido ente público, quando provocou acidente automobilístico que resultou na incapacidade física e mental de Flávio. Após a interdição de Flávio, seu advogado pretende ajuizar ação de reparação de danos materiais e morais.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A ação de reparação de dano exige a formação de litisconsórcio passivo necessário em que deverão figurar como demandados o motorista Pedro e a Secretaria de Saúde do Estado do Amazonas.

Certo

Errado

Questão 148: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Intervenção de Terceiros (arts. 119 a 138)

Sobre as previsões do novo Código de Processo Civil a respeito da intervenção do amicus curiae, considere:

I. A intervenção de amicus curiae é admitida expressamente tanto no juízo de piso como perante órgãos colegiados.

II. A intervenção de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada na condição de amicus curiae independe de pedido das partes, pois a lei prevê expressamente a possibilidade de ser determinada de ofício pelo magistrado.

III. A intervenção de pessoa jurídica de direito público na condição de amicus curiae pode ensejar a modificação da competência e a remessa dos autos ao juízo competente.

IV. Da decisão que admite a intervenção de amicus curiae, cabe recurso pela parte interessada.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, II e III.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) I e II.



Questão 149: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

A respeito do instituto da antecipação de tutela, indique a opção correta.

- a) É possível o deferimento da antecipação de tutela da evidência, na hipótese de o pedido do autor estar baseado em jurisprudência pacificada dos tribunais superiores.
- b) O direito processual brasileiro só admite a antecipação de tutela de urgência, estando vedada a tutela da evidência, sendo imprescindível a presença do risco de dano irreparável ou de difícil reparação para a sua concessão.
- c) Não é estranho ao direito brasileiro a antecipação de tutela da evidência, mas apenas como poder geral de antecipação, não havendo previsão em procedimentos especiais.
- d) A antecipação de tutela da evidência visa, sobretudo, a conferir uma distribuição isonômica do ônus do tempo do processo, retirando do réu o fardo de ter que aguardar todo o transcurso do processo para fruir do bem da vida.
- e) Um pedido de tutela inibitória de urgência pode ser deferido antecipadamente, não obstante a previsão legal se referir a fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

Questão 150: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

Em processo que tramita na Comarca de Sorriso - MT, o autor ajuizou ação postulando o fornecimento de medicamento de alto custo em face do Estado. Requereu, incidentalmente, a tutela antecipada, alegando que o seu direito era evidente, diante do risco de vida que sofria caso não recebesse o medicamento, comprovado por farta documentação acostada à inicial. O magistrado concedeu a liminar, nos termos em que pleiteada e determinou a intimação do requerido para dar cumprimento à medida. Depois da intimação desta decisão, o requerido cumpriu a liminar nos termos em que determinada e não apresentou qualquer recurso contra a decisão. Diante desta situação, tal decisão

- a) é apta a gerar a estabilização dos seus efeitos, diante da ausência de recurso no prazo oportuno, mas poderá ser revista em ação própria, desde que ajuizada no prazo de dois anos.
- b) não é apta a gerar a estabilização dos seus efeitos, ainda que não tenha sido impugnada mediante recurso, uma vez que este fenômeno processual somente foi previsto para a tutela de urgência antecedente, e não para a tutela incidental.

- c) não é apta a gerar a estabilização dos seus efeitos, uma vez que a lei ressalva a inaplicabilidade deste fenômeno processual para a Fazenda Pública.
- d) é apta a gerar a estabilização dos seus efeitos, por ausência de recurso no prazo oportuno e, assim, fará coisa julgada material, que poderá ser desconstituída por meio de ação rescisória, no prazo de dois anos.
- e) é apta a gerar a estabilização dos seus efeitos, desde que não tenha sido impugnada mediante recurso, uma vez que a lei prevê que somente a tutela da evidência tem a aptidão à estabilização dos seus efeitos.

Questão 151: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência, sendo que

- a) a tutela cautelar de urgência não pode ser efetivada mediante arresto, sequestro ou arrolamento de bens, porque sujeitos a procedimento cautelar específico.
- b) a tutela de evidência será concedida, se demonstrado perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte ou se as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documental e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.
- c) a petição inicial da ação que visa à prestação de tutela cautelar em caráter antecedente indicará a lide e seu fundamento, a exposição sumária do direito que se objetiva assegurar e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, mas será a petição inicial indeferida se o pedido tiver natureza antecipatória.
- d) efetivada a tutela cautelar, o pedido principal terá de ser formulado pelo autor no prazo de trinta dias, em autos apensos e mediante o pagamento de novas custas processuais.
- e) requerida a tutela antecipada em caráter antecedente e sendo a urgência contemporânea à propositura da ação, se concedida a tutela antecipada, o autor deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em quinze dias ou em outro prazo maior que o juiz fixar.

Questão 152: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

A disposição de lei que veda concessão de medidas liminares que esgotem, no todo ou em parte, o objeto da ação proposta contra o Estado, acha mitigação jurisprudencial

a) somente nos casos em que a impugnação, do mesmo ato de autoridade, nas vias do mandado de segurança, seja de competência originária de tribunal.

b) apenas em ação civil pública.

c) apenas em ações de interesses de pessoas idosas, por lhes ser garantida prioridade no trâmite processual.

d) em se tratando de aquisição de medicamento indispensável à sobrevivência da parte.

e) em qualquer circunstância, porque declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 153: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Tutela Provisória (arts. 294 a 311)

Acerca de tutela provisória, cumprimento de sentença e processos nos tribunais, julgue o item a seguir.

A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

Certo

Errado

Questão 154: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Do Procedimento Comum (arts. 318 a 512)

Analise as seguintes assertivas:

I - O art. 456 do Código Civil de 2002 prevê que “para poder exercitar o direito que da evicção lhe resulta, o adquirente notificará do litígio o alienante imediato, ou qualquer dos anteriores, quando e como lhe determinarem as leis do processo. Pode-se afirmar que introduziu a denunciação da lide “per saltum”.

II - A assistência litisconsorcial é hipótese de litisconsórcio unitário facultativo ulterior. Trata-se de intervenção espontânea pela qual o terceiro transforma-se em litisconsorte do assistido.

III - Nos casos de recurso representativo de controvérsia – se o recurso paradigma não tiver admissibilidade, os demais também não terão.

IV - No direito brasileiro, atualmente, há casos em que se admite a formação de um litisconsórcio passivo facultativo ulterior simples, por provocação do autor, mesmo que já tenha havido a citação de outro réu, com a estabilização subjetiva do processo.

V - Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos. Os prazos para contestar e recorrer são unos, começam da juntada aos autos do último mandado de citação cumprido.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva V está errada
- b) Todas as assertivas estão corretas
- c) A assertiva IV está errada
- d) Apenas as assertivas I e II estão corretas
- e) Nenhuma das respostas anteriores

Questão 155: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Da Improcedência Liminar do Pedido (art. 332)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Se, ao analisar a petição inicial, o juiz constatar que o pedido funda-se em questão exclusivamente de direito e contraria entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas, ele deverá, sem ouvir o réu, julgar liminarmente improcedente o pedido do autor.

Certo

Errado

Questão 156: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Da Contestação (arts. 335 a 342)

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) As exceções processuais podem ser indeferidas de plano quando manifestamente improcedentes.
- b) A não apresentação da contestação pela Fazenda Pública torna-a revel, mesmo que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.
- c) A presunção de veracidade das alegações do autor só é gerada em caso de revelia.
- d) A distinção entre pedido contraposto e reconvenção é formal e consiste na exigência de formulação em peça separada para a segunda.
- e) A extinção da demanda inicial leva à extinção da reconvenção se o pedido do réu está fundado em fatos narrados pelo autor na petição inicial.

Questão 157: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Da Reconvenção (art. 343)

Considere as assertivas a seguir sobre a reconvenção.

- I. Na contestação, é lícito ao réu propor reconvenção para manifestar pretensão própria, conexa com a ação principal ou com o fundamento da defesa.
- II. O réu não pode propor reconvenção se não oferecer contestação.
- III. A desistência da ação ou a ocorrência de causa extintiva que impeça o exame de seu mérito obsta o prosseguimento da reconvenção.
- IV. A reconvenção pode ser proposta contra o autor e terceiro ou pelo réu em litisconsórcio com terceiro.
- V. Se o autor for substituto processual, o reconvinte deverá afirmar ser titular de direito em face do substituído, e a reconvenção deverá ser proposta em face do autor, também na qualidade de substituto processual.

É correto o que se afirma APENAS em

- a) II, IV e V.
- b) I, II e III.
- c) I, IV e V.
- d) II, III e IV.
- e) III, IV e V.

Questão 158: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) Parte da demanda pode se tornar incontroversa após o término da fase postulatória e ensejar pedido de antecipação de tutela.
- b) O julgamento antecipado da lide depende de requerimento da parte.
- c) Equiparam-se os efeitos da antecipação de tutela da parcela incontroversa da demanda e aqueles do julgamento antecipado da lide.
- d) A citação válida é requisito para o julgamento de mérito da lide.
- e) A revelia acarretará, mediante requerimento do autor, a antecipação da tutela pretendida devido à ausência de controvérsia.

Questão 159: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Do Julgamento Conforme o Estado do Processo (arts. 354 a 357)

Em relação a análise de petição inicial e julgamento antecipado parcial de mérito, julgue o seguinte item.

Cabe recurso de apelação contra julgamento antecipado parcial de mérito proferido sobre matéria incontroversa.

Certo

Errado

Questão 160: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

Sobre provas, é CORRETO afirmar:

- a) A existência de presunção relativa estabelecida em regra de direito material não gera inversão do ônus probatório, pois as hipóteses de inversão são previstas em regras processuais.
- b) Não se admite o uso de prova emprestada produzida em inquérito civil.
- c) No processo em que uma das partes é absolutamente incapaz, seu representante prestará o depoimento da parte.
- d) Admite-se o uso de prova emprestada entre processos envolvendo partes diferentes.

e) A confissão equivale à renúncia do direito e provoca a extinção do processo com resolução de mérito.

Questão 161: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

Segundo disposições do novo Código de Processo Civil sobre o direito probatório,

a) as partes podem, independentemente da natureza do direito em disputa, antes ou durante o processo, convencionar a forma de distribuição do ônus da prova de forma diversa da estabelecida pela lei, desde que sejam capazes para a celebração do negócio jurídico processual.

b) a nova legislação abandonou completamente o modelo de distribuição estática do ônus da prova, contemplada pela legislação revogada, que atribuía o ônus da prova ao autor em relação aos fatos constitutivos de seu direito, e ao réu com relação à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, passando a existir uma distribuição judicial do ônus da prova para cada demanda.

c) a nova legislação prevê expressamente a possibilidade de produção antecipada da prova ainda que não haja situação de urgência que justifique tal antecipação, desde que a prova seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução do litígio ou o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.

d) a lei não assegura expressamente à parte o direito de não produzir prova contra si própria, mas tal aplicação decorre dos princípios constitucionais da legalidade, da ampla defesa e do devido processo legal.

e) a ata notarial e as declarações prestadas por meio de escritura pública têm eficácia probatória não somente da declaração, como também do fato declarado, que se presume verdadeiro, salvo se existir prova em sentido contrário.

Questão 162: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Das Provas (arts. 369 a 484)

A prova por livros empresariais e escrituração contábil, sujeita-se à seguinte regra:

a) O juiz sempre poderá ordenar, de ofício ou a requerimento da parte, a exibição integral dos livros empresariais e dos documentos do arquivo, militando a recusa a favor da parte a quem aproveita.



- b) Os livros empresariais, ainda que preenchidos os requisitos legais, só fazem prova contra seu autor.
- c) A escrituração contábil é indivisível, e, se dos fatos que resultam dos lançamentos, uns são favoráveis ao interesse de seu autor e outros lhe são contrários, ambos serão considerados em conjunto, como unidade.
- d) Não é lícito aos empresários provar que os lançamentos em seus livros não correspondem à verdade dos fatos.
- e) Somente nos litígios entre sócios o juiz poderá determinar a exibição integral ou parcial dos livros empresariais, sendo que, em outros litígios, a prova deve ser pericial.

Questão 163: ESAF - PFN/PGFN/2015

Assunto: Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

Ajuizada ação anulatória por uma cooperativa de rádio taxi, visando a desconstituir autuação fiscal pelo não pagamento de PIS/COFINS, os autos estavam conclusos para sentença. Porém, nesse momento, adveio uma lei que conferiu remissão total aos créditos tributários objeto do lançamento impugnado, bem como anistia dos respectivos encargos legais, multa e juros de mora. Diante deste cenário, assinale a opção correta.

- a) O advento da lei posterior não pode influenciar o julgamento de demanda anteriormente ajuizada, pois já consumada a sua estabilização.
- b) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença. Portanto, deve o juiz julgar procedentes os pedidos do autor.
- c) Se, depois da propositura da ação, algum fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito influir no julgamento da lide, caberá ao juiz tomá-lo em consideração, de ofício ou a requerimento da parte, no momento de proferir a sentença. Portanto, deve o juiz julgar improcedentes os pedidos do autor.
- d) Como a causa de pedir da ação anulatória não guarda qualquer relação com o conteúdo normativo da legislação posterior, o seu advento não interfere no direito a ser aplicado ao caso, razão pela qual deve o juiz apreciar o mérito da demanda, desconsiderando a existência de lei nova.
- e) Ao conferir remissão aos créditos tributários objeto da demanda, a lei posterior proporcionou a falta de interesse processual superveniente, o que importará a extinção do processo sem resolução de mérito.

Questão 164: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Da Sentença e Da Coisa Julgada (arts. 485 a 508)

NÃO está sujeita à remessa necessária a sentença proferida contra o Estado

- a) se também não houver apelação do vencido.
- b) se ele for revel.
- c) fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa.
- d) que julgar parcialmente procedentes os embargos à execução fiscal, qualquer que seja o valor da dívida.
- e) quando a condenação ou o proveito econômico obtido na causa for de valor certo e líquido inferior a mil salários mínimos.

Direito do Trabalho

Questão 165: ESAF - Proc DF/PGDF/2007

Assunto: Contrato de Trabalho

Examine os itens seguintes:

I. Segundo a doutrina comum, a distinção entre trabalho autônomo e subordinado é decorrente do Direito Romano, com as figuras da *locatio operis* e *locatio operarum*. Na primeira, tem-se como base a força de trabalho e na segunda o relevante é o resultado do trabalho;

II. A teoria do “ato-condição”, de Leon Duguit, explica que, previamente ao acordo de vontades de empregado e empregador, existe um estatuto legal que antecede à admissão, infirmo o conceito de contrato de trabalho decorrente daquele ajuste de vontade;

III. É nulo o contrato de trabalho que objetiva desvirtuar, impedir ou fraudar as normas de proteção ao trabalho;

IV. Se o contrato é nulo em virtude da incapacidade do agente, muito embora este último não tenha ocultado sua menoridade, não são cabíveis os direitos decorrentes do regime legal de emprego;



V. A invalidade de uma cláusula do contrato de trabalho, de conteúdo acessório, conduz necessariamente à decretação da nulidade de todo o teor do pacto trabalhista.

A quantidade de itens falsos é igual a:

- a) 3
- b) 2
- c) 1
- d) 4
- e) 5

Questão 166: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Contrato de Trabalho

Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.
- b) Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.
- c) Cancelada a aposentadoria por invalidez, mesmo após cinco anos, o trabalhador terá direito de retornar ao emprego, facultado, porém, ao empregador, indenizá-lo na forma da lei.
- d) Considera-se noturno, para os efeitos da legislação do trabalho, o trabalho executado pelo trabalhador urbano e rural realizado entre as 22 horas de um dia e as 5 horas do dia seguinte.
- e) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.

Questão 167: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Contrato de Trabalho

Acerca do contrato de trabalho, assinale a opção correta.



- a) A onerosidade, um dos requisitos da relação de emprego, consiste no pagamento de salário em pecúnia, e não abrange salário em utilidade.
- b) A exclusividade, que se refere à impossibilidade de o trabalhador acumular vários empregos, sob pena de descaracterizar a relação empregatícia, constitui requisito da relação de emprego.
- c) No direito do trabalho brasileiro, adota-se a teoria segundo a qual a não eventualidade na relação de emprego está relacionada ao empregado, isto é, à necessidade permanente de a prestação de serviço ser habitual, de modo a garantir o emprego do trabalhador.
- d) Na relação de emprego, o trabalho em si não é uma obrigação personalíssima, visto que pode ser executado por outros; personalíssima é a obrigação que decorre do contrato.
- e) A subordinação indireta caracteriza-se pela relação de trabalho de coordenação em que haja subordinação atenuada.

Questão 168: CESPE - Proc (PGE AM)/PGE AM/2016

Assunto: Contrato de Trabalho

Em relação aos direitos constitucionais dos trabalhadores, à remuneração, à equiparação salarial e à jornada de trabalho, julgue o item a seguir.

Inexistindo cláusula expressa em contrário, a empresa pode exigir do empregado a execução de qualquer atividade compatível com sua condição pessoal, desde que lícita e dentro da jornada de trabalho. Nesse caso, segundo o TST, não existe justificativa para a percepção de acréscimo salarial em decorrência de eventual exercício concomitante das duas funções na mesma jornada.

Certo

Errado

Questão 169: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Características (contrato de trabalho)

Em relação aos contratos de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- a) A Teoria das Nulidades do Direito Civil tem exatamente a mesma dimensão no Direito do Trabalho, ou seja, o ato nulo, por exemplo, não produz qualquer efeito.
- b) O Direito do Trabalho Pátrio admite como hipóteses de Contrato por Tempo Determinado apenas aqueles previstos no artigo 443, parágrafos 1º e 2º, da CLT.

c) O contrato temporário de trabalho possibilita a contratação de empregados diretamente pelo empregador, mesmo fora das hipóteses do artigo 443, parágrafo 2º, da CLT, desde que tal esteja previsto em acordo ou convenção coletiva, representando acréscimo do número de empregados.

d) O Contrato por Tempo Determinado pode ser prorrogado duas vezes, desde que tal se faça de forma bilateral e sem ultrapassar o prazo máximo previsto em lei.

Questão 170: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2012

Assunto: Características (contrato de trabalho)

Em relação aos contratos de trabalho com os entes de Direito Público, pode-se afirmar que:

a) tem prevalecido o entendimento de que deve haver o reconhecimento do vínculo de emprego, desde que preenchidos os requisitos do artigo 3º da CLT, com direito ao pagamento de todos os direitos decorrentes desta situação, principalmente em face do Princípio da Primazia da Realidade.

b) haverá o reconhecimento de vínculo de emprego, mas com restrição dos direitos daí decorrentes, porque a contratação de servidor público, após a CF/1988, sem prévia aprovação em concurso público, encontra óbice no respectivo art. 37, II, e § 2º, somente lhe conferindo direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS, estes nos termos do artigo 19-A da Lei 8.036/90.

c) não há possibilidade de reconhecimento de vínculo de emprego, por se tratar de contrato nulo e, portanto, sem direito a qualquer parcela decorrente desta situação.

d) não há possibilidade de reconhecimento do vínculo de emprego com o Ente de Direito Público, na medida em que, desde a Constituição de 1988, deve prevalecer o sistema de Regime Jurídico Único, necessariamente de natureza Estatutária.

Questão 171: Com. Org. (PGE MS) - Proc (PGE MS)/PGE MS/2014

Assunto: Características (contrato de trabalho)

É correto afirmar que o contrato de trabalho do empregado público:

a) Adquire validade com a sua publicação no Diário Oficial;

b) Prescinde da realização de concurso público para investidura em emprego público;

- c) É desnecessário, bastando a publicação da nomeação do empregado público no Diário Oficial;
- d) É válido, perfeito e eficaz com as assinaturas do empregado público e da autoridade competente e responsável por essa tarefa;
- e) Adquire validade com o seu registro na carteira de trabalho do empregado, desde que publicado no Diário Oficial.

Questão 172: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Requisitos (contrato de trabalho)

Em relação aos contratos de trabalho celebrados com a Administração Pública sem concurso público após a Constituição Federal de 1988, é CORRETO afirmar:

- a) Considerando o princípio da primazia da realidade, o contrato de trabalho, inclusive os celebrados para empregos em comissão, é válido para todos os efeitos jurídicos, independentemente da responsabilidade do administrador público.
- b) O contrato é nulo, sem que se possa reconhecer qualquer direito ao trabalhador.
- c) O contrato é anulável, sendo devidos todos os direitos ao trabalhador até o trânsito em julgado da decisão que reconhecer a irregularidade.
- d) Considerando as Convenções da OIT ratificadas pelo Brasil, o contrato de trabalho é válido e é garantido ao trabalhador o rol de direitos elencados na Constituição Federal.
- e) O contrato de trabalho é nulo, somente conferindo ao trabalhador direito ao pagamento da contraprestação pactuada, em relação ao número de horas trabalhadas, respeitado o valor da hora do salário mínimo, e dos valores referentes aos depósitos do FGTS.

Questão 173: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

A gratificação paga em virtude do exercício de determinada função para a qual o empregado tiver sido designado será devida enquanto este permanecer no exercício da função, possuindo natureza salarial. Assim, caso um empregado tivesse assumido função gratificada em abril de 2001 e sido imotivadamente

revertido a seu cargo anterior em novembro de 2012, ele deveria deixar de receber o respectivo importe pecuniário da gratificação.

Certo

Errado

Questão 174: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

O jus variandi é poder do empregador intimamente ligado ao poder diretivo e voltado a situações em que unilateralmente este possa proceder a pequenas alterações no contrato de trabalho, como, por exemplo, o fornecimento e a exigência do uso de equipamento de proteção individual pelo empregado após um ano de labor, uma vez constatado ser insalubre a atividade exercida pelo empregado.

Certo

Errado

Questão 175: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Como decorrência do sistema principiológico de proteção trabalhista e das regras envolvendo a alteração de cláusulas do contrato de trabalho previstas na CLT, é CORRETO afirmar que:

a) Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, em prejuízos ao empregado.

b) Os contratos individuais de trabalho poderão ser alterados unilateralmente pelo empregador, quando não resultem em prejuízo para o empregado.

c) Em regra, os intervalos para refeição e descanso poderão ser reduzidos por acordo coletivo de trabalho.

d) Por solicitação expressa e escrita do empregado, o contrato de trabalho poderá ser alterado, ainda que implique prejuízo aos seus direitos sociais.

e) Em regra, aplica-se o instituto do ius variandi.



Questão 176: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Acerca da suspensão e da alteração do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- a) A suspensão do contrato de trabalho, em virtude da percepção do auxílio-doença, em geral, não impede a fluência da prescrição quinquenal.
- b) É válida qualquer alteração bilateral do contrato de trabalho que não cause prejuízo ao trabalhador, não podendo haver alteração unilateral, ainda que mais benéfica ao obreiro.
- c) Segundo entendimento do TST, é admissível norma coletiva que retire a natureza salarial do tíquete-refeição, mesmo que o regulamento da empresa preveja sua natureza salarial.
- d) O empregador que nunca tenha exigido, na relação de contrato de trabalho, o uso de uniforme só poderá fazê-lo por convenção ou acordo coletivo.
- e) Durante o período de suspensão do contrato de trabalho, como não presta serviço nem recebe salário do empregador, o empregado está livre para praticar atos que autorizariam a aplicação de justa causa.

Questão 177: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

Sócrates é professor de Matemática na Escola Sol Nascente, contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Celebrado o contrato de trabalho, foi prevista uma carga horária de 40 horas-aula semanais, com valor R\$ 20,00 por hora-aula. Em virtude da diminuição do número de alunos, a direção da escola reduz a carga horária de Sócrates para 20 horas semanais, sem consultar o empregado, mantendo o valor pago por hora-aula. Levando-se em conta a legislação vigente e orientação jurisprudencial da SDI-1 do Tribunal Superior do Trabalho,

- a) é lícita esta alteração contratual com redução de carga horária uma vez que o empregador, mesmo sem o consentimento do empregado, sempre pode alterar as cláusulas do contrato de trabalho, por ser detentor do jus variandi.
- b) não se trata na hipótese de alteração contratual, uma vez que a redução de carga horária em decorrência da redução do número de alunos não implica alteração contratual, já que não acarretou redução do valor da hora-aula.

c) é ilícita esta redução de carga horária, uma vez que o único requisito de toda alteração contratual perpetrada pelo empregador é o mútuo consentimento entre ele e o empregado.

d) é ilícita esta alteração contratual uma vez que o empregado terá reduzida a sua remuneração mensal, o que só é permitida mediante acordo ou convenção coletiva, conforme previsão na Constituição Federal de 1988.

e) é ilícita esta redução de carga horária, uma vez que o empregador deve assumir os riscos do negócio, não sendo possível transferir ao empregado o prejuízo causado pela redução do número de alunos, que deve ser suportado por ele.

Questão 178: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Alteração (contrato de trabalho)

João Carlos, diretor executivo com cargo de confiança na empresa Pato Azul S/A, foi transferido, de São Luis/MA para Joinville/SC, pelo período de seis meses, para trabalhar na implantação de uma filial.

Em função da transferência, João Carlos rescindiu antecipadamente o contrato de locação do apartamento em que residia, tendo que efetuar o pagamento de multa rescisória para o locador.

Findo o prazo de seis meses, João Carlos voltou a trabalhar e residir na cidade de São Luis/MA, sendo novamente transferido, dessa vez, em definitivo, para a cidade de São José de Ribamar/MA, na mesma função, não obstante tenha continuado a residir em São Luis/MA.

Neste caso,

a) João Carlos somente poderia ser transferido para Joinville/SC ou São José de Ribamar/MA, se comprovado seu consentimento, pressuposto básico para a transferência.

b) A empresa Pato Azul S/A é responsável pelo pagamento da multa rescisória do contrato de locação firmado por João Carlos e do adicional de vinte e cinco por cento dos salários que o empregado percebia naquela localidade, na transferência para Joinville/SC.

c) Tendo em vista o caráter provisório da transferência para Joinville/SC, não é devido o reembolso das despesas com a mudança, mas apenas o pagamento do adicional de transferência.

d) A transferência provisória para Joinville/SC independe da comprovação da necessidade do serviço, porque João Carlos exerce cargo de confiança.

e) A transferência em definitivo para São José de Ribamar/MA acarreta o pagamento suplementar do adicional de transferência de 25% (vinte e cinco por cento).

Questão 179: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

O afastamento da atividade laboral que enseja recebimento de auxílio-doença previdenciário caracteriza hipótese de suspensão do contrato de trabalho. Cessado o prazo de vigência desse benefício e não havendo prorrogação, o empregado deverá se apresentar nas quarenta e oito horas seguintes ao término desse prazo, ou justificar sua impossibilidade de retorno ao empregador, sob pena de se caracterizar justa causa para demissão.

Certo

Errado

Questão 180: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

A respeito da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho, é correto afirmar:

a) A suspensão do empregado por mais de 15 (quinze) dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.

b) A percepção do auxílio-doença pelo empregado faz com que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

c) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por até 5 (cinco) dias consecutivos em virtude de casamento.

d) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

e) O período de afastamento do empregado para cumprir as exigências do serviço militar obrigatório, quanto aos deveres do reservista, é considerado como de suspensão do contrato de trabalho.

Questão 181: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Suspensão e Interrupção (contrato de trabalho)

É INCORRETO afirmar que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por

- a) dois dias consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que, declarada em sua carteira de trabalho e previdência social, viva sob sua dependência econômica.
- b) três dias consecutivos, em virtude de casamento.
- c) três dias, em caso de nascimento de filho no decorrer da primeira semana.
- d) um dia, em cada doze meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada.
- e) pelo tempo que se fizer necessário, quando tiver que comparecer a juízo.

Questão 182: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Jornada de Trabalho

No que pertine à jornada de trabalho, indique a opção correta.

- a) A legislação trabalhista pontua que a jornada de trabalho que não suporta controle e fiscalização por parte do empregador não rende ensejo ao pagamento das horas extras eventualmente laboradas.
- b) Na jornada contínua e excedente a seis horas diárias, a concessão de intervalo para repouso ou alimentação é obrigatória, a qual será de no mínimo duas horas e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de três horas.
- c) Serão descontadas e computadas como jornada extraordinária as variações de horário consignadas em registro de ponto que não excedam a cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.
- d) Na jornada de trabalho cuja duração ultrapasse a quatro e não exceda a seis horas diárias, o intervalo intrajornada não será obrigatório considerando-se a curta duração do labor.
- e) Nas atividades legalmente consideradas insalubres a prorrogação da jornada de trabalho, desde que ultimada via acordo escrito, poderá ser livremente ajustada, sendo despicienda licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho.

Questão 183: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Jornada de Trabalho

No que pertine à jornada de trabalho indique a opção correta.

- a) Entre duas jornadas de trabalho deverá existir um período mínimo de descanso de 12 (doze) horas consecutivas.
- b) Os empregados sujeitos ao regime de tempo parcial poderão prestar horas extraordinárias, desde que não excedam de 2 (duas) diárias, que serão remuneradas, pelo menos, com adicional de 50% (cinquenta por cento).
- c) Entende-se por tempo de sobreaviso o período que integra o tempo de serviço do trabalhador ferroviário no qual permanece em sua residência aguardando a qualquer instante ser convocado a prestar serviço.
- d) Os menores de 18 (dezoito) anos não estão proibidos de trabalhar em horário noturno, desde que tal circunstância resulte devidamente anotada em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social.
- e) A simples insuficiência de transporte público constitui elemento permissivo do pagamento das horas in itinere (tempo de deslocamento).

Questão 184: CESPE - Proc DF/PGDF/2013

Assunto: Jornada de Trabalho

Julgue o seguinte item, com base na legislação e no entendimento jurisprudencial dominante do TST.

Considere a seguinte situação hipotética.

Em determinado município, o sindicato das empresas de transportes coletivos e o sindicato dos empregados do sistema de transporte coletivo firmaram convenção coletiva da categoria em que, entre várias cláusulas, se autorizou a compensação de jornada de trabalho, sempre mediante acordo coletivo.

Nessa situação hipotética, será lícito o acordo individual escrito entabulado entre uma empresa de transporte coletivo do referido município e alguns de seus empregados para a compensação de jornada laborada em dias de domingo.

Certo

Errado

Questão 185: FCC - Proc (PGE SP)/PGE SP/2012



Assunto: Jornada de Trabalho

O TST, a respeito da compensação de jornada de trabalho, entende que

- a) o descumprimento das exigências legais para a compensação de jornada fará com que o valor da hora extraordinária sofra um acréscimo de 20 (vinte) por cento.
- b) o ajuste pode ser feito verbalmente ou por escrito, através de acordo individual.
- c) o banco de horas pode ser instituído por acordo individual escrito ou por negociação coletiva.
- d) o desrespeito às exigências legais para a compensação de jornada importa em repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, mesmo que não ultrapassada a jornada máxima semanal.
- e) a norma coletiva pode vedar o acordo individual.

Questão 186: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2011

Assunto: Jornada de Trabalho

Em relação às horas in itinere no regramento jurídico brasileiro, é INCORRETO afirmar:

- a) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.
- b) A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas in itinere.
- c) Se houver transporte público regular em parte do trajeto percorrido em condução da empresa, as horas in itinere remuneradas limitam-se ao trecho não alcançado pelo transporte público.
- d) Considerando que as horas in itinere são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.
- e) Poderão ser fixados, para as microempresas e empresas de pequeno porte, por meio de acordo ou convenção coletiva, em caso de transporte fornecido pelo empregador, em local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o tempo médio despendido pelo empregado, bem como a forma e a natureza da remuneração.

Questão 187: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Jornada de Trabalho

Sobre a duração do trabalho e seus desdobramentos jurídicos, é CORRETO afirmar:

- a) Poderá ser dispensado o acréscimo de salário se, por força de acordo individual ou convenção coletiva de trabalho, o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de doze horas diárias.
- b) Os empregados sob o regime de tempo parcial poderão prestar horas extras, limitadas ao número de cinco por semana.
- c) Os empregados em cargos em comissão estão dispensados do controle de jornada de trabalho.
- d) Entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de doze horas consecutivas para descanso.
- e) A duração normal do trabalho poderá ser acrescida de horas suplementares, em número não excedente de duas, mediante acordo escrito entre empregador e empregado, ou mediante contrato coletivo de trabalho.

Questão 188: PUC PR - Proc (PGE PR)/PGE PR/2015

Assunto: Jornada de Trabalho

Considerando o sistema legal e o entendimento consolidado do TST sobre jornada de trabalho e controle de jornada de trabalho, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O controle de jornada é obrigatório quando envolver relação de emprego.
- b) O controle de jornada poderá ser dispensado, por livre pactuação entre empregador e empregado.
- c) A não apresentação injustificada dos controles de frequência em juízo gera presunção relativa de veracidade da jornada de trabalho descrita na peça inicial.
- d) O controle de jornada prevalece sobre todos os demais meios de prova.
- e) Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de 15 minutos, observado o limite máximo de 30 minutos diários.

Questão 189: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Jornada de Trabalho

A respeito da duração do trabalho, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento jurisprudencial do TST.

- a) A mera insuficiência de transporte público enseja o pagamento de horas in itinere.
- b) As horas de sobreaviso dos eletricitários são remuneradas à base de um terço sobre o total das parcelas de natureza salarial.
- c) A limitação legal da jornada suplementar a duas horas diárias exime o empregador de pagar todas as horas trabalhadas.
- d) É inválida a jornada de doze horas trabalhadas por trinta e seis horas de descanso, ainda que ajustada em convenção coletiva de trabalho.
- e) Caso um empregado seja contratado para receber por hora trabalhada e seja submetido a turnos ininterruptos de revezamento, se a jornada de trabalho for alterada de 8 horas para 6 horas diárias, deve-se aplicar o divisor 220 para que não haja perda salarial em relação ao mensalista.

Questão 190: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2014

Assunto: Jornada de Trabalho

Em relação à duração da jornada de trabalho, assinale a afirmativa correta.

- a) Nos termos da Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho não poderá ser superior a 7h20min (sete horas e vinte minutos), totalizando carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas.
- b) Não há qualquer óbice à implementação de regime de compensação de jornada nas atividades insalubres.
- c) Podem ser desprezados da contagem das horas extras os períodos de até dez minutos (tempo residual) em cada registro da jornada de trabalho, conforme disposto na CLT.
- d) É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados. O empregado não tem direito ao pagamento de adicional referente ao labor prestado na décima primeira e décima segunda horas.

Questão 191: FMP - Proc (PGE AC)/PGE AC/2012

Assunto: Jornada de Trabalho

Quanto à jornada de trabalho, pode-se afirmar que:

- a) nos termos da Constituição Federal de 1988, a jornada de trabalho não poderá ser superior a seis horas, totalizando carga horária semanal de quarenta e quatro horas.
- b) a mera insuficiência de transporte público é fator suficiente ao reconhecimento de horas in itinere.
- c) tem direito ao pagamento de horas extras excedentes de seis, todos os trabalhadores que desenvolvem atividades em turnos ininterruptos, independentemente da existência de revezamento.
- d) entende-se como horas “in itinere” o tempo necessário ao deslocamento do trabalhador entre a portaria da empresa e o local de trabalho, desde que supere o limite de dez minutos diários.

Questão 192: FCC - Proc (PGE MT)/PGE MT/2016

Assunto: Jornada de Trabalho

João de Deus é empregado da empresa Gama Serviços de Limpeza Ltda. laborando na jornada das 7 às 19 horas em escala de 12 × 36, na função de auxiliar de limpeza, jornada esta pactuada mediante acordo coletivo de trabalho. A empresa fornece ônibus fretado nos percursos de ida e volta para o trabalho, tendo em vista que o posto de serviço se situa em local de difícil acesso, mas servido por transporte público regular. A empresa efetua cobrança parcial dos empregados para custeio da tarifa de transporte. Nesse caso, considerando a legislação vigente e a jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, as horas relativas ao percurso servido pelo ônibus fretado da empresa para a ida e volta ao trabalho

- a) se computam na jornada de trabalho do empregado, por se tratar o posto de local de difícil acesso, sendo irrelevante o fato de ser cobrada em parte a tarifa do empregado, e faz jus o mesmo à remuneração dobrada relativa aos feriados trabalhados.
- b) não se computam na jornada de trabalho do empregado, por ser cobrado parcialmente do mesmo pela tarifa de transporte fornecido pela empresa, e os feriados laborados devem ser pagos de forma simples, por estarem compreendidos na escala 12 × 36.



c) não se computam na jornada de trabalho do empregado, por haver transporte público regular que serve a localidade do posto de trabalho, e faz jus o mesmo à remuneração em dobro dos feriados trabalhados por força desta escala 12 × 36.

d) se computam na jornada de trabalho do empregado, por representar tempo à disposição do empregador, mas quanto à escala de 12 × 36, a mesma não pode ser imposta ao empregado pelo fato de não estar prevista em lei, nem estar pactuada por acordo individual de trabalho.

e) nunca se computam na jornada de trabalho do empregado, quando houver cobrança, ainda que parcial, por parte da empresa, relativa ao custeio deste transporte, e ele faz jus à remuneração dobrada dos feriados laborados por força desta escala 12 × 36.

Questão 193: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Intervalos (trabalho)

Em relação aos direitos dos trabalhadores, julgue o item seguinte, com base no disposto na CF, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

O repouso semanal deve ser remunerado e concedido, preferencialmente, aos domingos.

Certo

Errado

Questão 194: ESAF - PFN/PGFN/2007

Assunto: Férias (trabalho)

Em relação às férias assinale a opção correta.

a) Dado ao seu caráter imperativo, a aquisição das férias, pelo trabalhador, durante o pacto laboral bem assim a fixação de sua duração não se assenta na assiduidade do empregado apurada durante o período aquisitivo.

b) As parcelas que têm feição salarial, como por exemplo, as gratificações anuais, semestrais ou trimestrais integram a remuneração para efeito de cálculo das férias.

c) A alimentação fornecida habitualmente ao trabalhador pelo empregador não integra o cálculo da remuneração das férias mesmo quando o trabalhador deixe de percebê-la durante o período de gozo das mesmas.

d) O empregado que, no curso do período aquisitivo, pede demissão ou se aposenta espontaneamente e, não sendo readmitido em 60 (sessenta) dias de sua saída, não fará jus às férias.

e) O vale-transporte apesar de não ter natureza salarial mas considerando o caráter social da parcela se incorpora à remuneração para efeito de cálculo das férias.

Questão 195: CESPE - Proc (PGE PI)/PGE PI/2014

Assunto: Férias (trabalho)

Assinale a opção correta no que diz respeito a férias.

a) Constatada a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, é devida ao empregado metade das férias proporcionais.

b) De acordo com a legislação trabalhista, as férias serão concedidas por ato do empregador, no mês de escolha do empregado.

c) As férias correspondem ao descanso anual remunerado que o trabalhador deve usufruir, independentemente de aquisição desse direito.

d) Para cada mês ou fração superior a dez dias de trabalho, o empregado tem o direito a um doze avos de férias.

e) Conforme entendimento do TST, são devidas férias proporcionais ao empregado demitido por justa causa.

Questão 196: FCC - Proc (PGE MA)/PGE MA/2016

Assunto: Férias (trabalho)

Maria foi contratada pelo frigorífico Boi Magro Ltda., em 10 de janeiro de 2012, para laborar no cargo de auxiliar de abate.

No ano de sua contratação, Maria faltou dezesseis dias injustificadamente e a empresa concedeu o gozo de apenas quatorze dias corridos de férias, de 01 de março de 2013 a 14 de março de 2013.

Ocorre que, em virtude de grave crise financeira, a empresa, mediante acordo coletivo com o Sindicato da Categoria, interrompeu totalmente suas atividades, no período de 15 de março de 2013 a 20 de maio de 2013, porém continuou efetuando o pagamento dos salários aos empregados.

Em dezembro de 2014, o frigorífico agendou férias de vinte dias para Maria no período de 15 de janeiro de 2015 a 03 de fevereiro de 2015, quando a empregada

solicitou o pagamento de abono pecuniário de dez dias de suas férias. O pedido foi negado.

Maria foi dispensada em 20 de março de 2015, quando recebeu o pagamento de 10 dias de férias vencidas acrescidas de um terço constitucional referente ao período de 2013/2014 e demais verbas rescisórias devidas.

Com relação às férias,

- a) a empresa observou corretamente todos os períodos aquisitivos e concessivos, assim como concedeu férias corretamente à empregada.
- b) as férias de dez dias referentes ao período aquisitivo de 2013/2014 deveriam ser pagas em dobro acrescidas do terço constitucional.
- c) a empresa não poderia ter negado o pedido de Maria, uma vez que é facultado ao empregado converter um terço do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida nos dias correspondentes.
- d) as férias do período aquisitivo de 2012/2013 de Maria deveriam ser de dezoito dias corridos.
- e) as férias do período aquisitivo de 2013/2014 deveriam ser pagas em dobro, uma vez que foram gozados após término do período concessivo.

Questão 197: CESPE - Proc (PGE BA)/PGE BA/2014

Assunto: Trabalho Noturno

Acerca dos direitos constitucionais dos trabalhadores, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), da prescrição e decadência e de assuntos correlatos, julgue o item que se segue.

As horas extraordinárias e as horas noturnas devem ser remuneradas com adicional mínimo de 50% sobre o valor da hora normal de trabalho.

Certo

Errado

Questão 198: FCC - Proc (PGE AM)/PGE AM/2010

Assunto: Trabalho Noturno

O horário noturno do empregado urbano é das

- a) 20:00 às 4:00 horas.
- b) 20:00 às 5:00 horas.
- c) 20:00 às 6:00 horas.
- d) 21:00 às 5:00 horas.
- e) 22:00 às 5:00 horas.

Questão 199: ESAF - PFN/PGFN/2012

Assunto: Terceirização (Responsabilidade Trabalhista)

Marque a opção que não está de acordo com as orientações jurisprudenciais e súmulas do Tribunal Superior do Trabalho.

- a) Diante da inexistência de previsão legal específica, o contrato de empreitada de construção civil entre o dono da obra e o empreiteiro não enseja responsabilidade solidária ou subsidiária nas obrigações trabalhistas contraídas pelo empreiteiro, salvo sendo o dono da obra uma empresa construtora ou incorporadora.
- b) Não são convalidados os efeitos do contrato de trabalho que, considerado nulo por ausência de concurso público, quando celebrado originalmente com ente da Administração Pública Indireta, continua a existir após ulterior privatização do ente.
- c) Preenchidos os requisitos do art. 3º da CLT, é legítimo o reconhecimento de relação de emprego entre policial militar e empresa privada, independentemente do eventual cabimento de penalidade disciplinar prevista no Estatuto do Policial Militar.
- d) A responsabilidade subsidiária dos entes da Administração Pública direta e indireta em contratos de prestação de serviços não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
- e) Percebida a gratificação de função por dez ou mais anos pelo empregado, se o empregador, sem justo motivo, revertê-lo a seu cargo efetivo, não poderá retirar-lhe a gratificação, tendo em vista o princípio da estabilidade financeira.

Gabarito

1) B	2) C	3) Certo	4) Errado	5) E
6) C	7) C	8) D	9) C	10) A
11) E	12) Certo	13) B	14) E	15) C
16) E	17) B	18) C	19) B	20) Errado
21) Errado	22) A	23) C	24) D	25) D
26) C	27) Certo	28) E	29) D	30) A
31) B	32) C	33) B	34) E	35) A
36) B	37) C	38) E	39) Certo	40) Certo
41) E	42) B	43) Certo	44) E	45) Errado
46) D	47) A	48) A	49) C	50) D
51) E	52) D	53) E	54) Errado	55) Errado
56) C	57) B	58) A	59) D	60) Errado
61) Errado	62) C	63) D	64) Errado	65) C
66) A	67) E	68) E	69) Errado	70) Errado
71) E	72) D	73) D	74) Certo	75) C
76) Certo	77) B	78) D	79) A	80) A
81) D	82) A	83) A	84) A	85) B
86) Errado	87) C	88) Certo	89) E	90) A
91) D	92) A	93) D	94) E	95) D
96) E	97) C	98) B	99) E	100) D
101) B	102) Errado	103) Errado	104) Certo	105) Certo
106) E	107) A	108) A	109) C	110) B
111) E	112) D	113) E	114) C	115) A
116) B	117) B	118) B	119) A	120) A
121) Errado	122) B	123) D	124) B	125) A
126) B	127) D	128) B	129) C	130) E
131) E	132) B	133) E	134) E	135) B
136) B	137) Certo	138) D	139) Errado	140) B
141) Certo	142) Errado	143) E	144) C	145) E
146) A	147) Errado	148) E	149) E	150) B
151) E	152) D	153) Errado	154) E	155) Certo
156) B	157) C	158) A	159) Errado	160) D
161) C	162) C	163) E	164) C	165) A
166) D	167) D	168) Certo	169) C	170) B
171) D	172) E	173) Errado	174) Certo	175) A
176) A	177) B	178) B	179) Errado	180) D
181) C	182) A	183) C	184) Errado	185) E
186) B	187) E	188) C	189) B	190) D
191) D	192) A	193) Certo	194) D	195) A
196) D	197) Errado	198) E	199) B	